UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

TRABALHO DOMICILIAR FEMININO NO BRASIL:
DETERMINANTES FAMILIARES E PRODUTIVOS DO TRABALHO
REMUNERADO EXERCIDO NO PRÓPRIO DOMICÍLIO

Thiago Sevilhano Martinez

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Abramovay

SÃO PAULO

2008

Profa. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Roberto Azzoni
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Joaquim José Martins Guilhoto
Chefe do Departamento de Economia

Prof. Dr. Dante Mendes Aldrighi
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

THIAGO SEVILHANO MARTINEZ

**TRABALHO DOMICILIAR FEMININO NO BRASIL:
DETERMINANTES FAMILIARES E PRODUTIVOS DO TRABALHO
REMUNERADO EXERCIDO NO PRÓPRIO DOMICÍLIO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Abramovay

SÃO PAULO

2008

Dissertação defendida e aprovada no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Economia, pela seguinte banca examinadora:

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Martinez, Thiago Sevilhano

Trabalho domiciliar feminino no Brasil : determinantes familiares e produtivos do trabalho remunerado exercido no próprio domicílio / Thiago Sevilhano Martinez. – São Paulo, 2008.

71 p. .

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2008
Bibliografia

1. Trabalho feminino 2. Trabalho em domicílio 3. Condição de trabalho 4. Econometria I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 331.4

À minha querida Elisabete,
por todo seu amor e compreensão.

Aos meus pais,
pelo apoio nos estudos e na vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Ricardo Abramovay, por sua disponibilidade, interesse acadêmico, sugestões e paciência com minhas falhas.

Ao IPE/USP, pelos excelentes professores que participaram de minha formação, pela estrutura disponibilizada, inclusive fornecendo o acesso aos dados da pesquisa, e pelos funcionários tão prestativos e atenciosos.

Ao CNPq, que financiou meus estudos por meio de bolsa de estudos.

Aos professores Basilia Aguirre, Silvia Schor e Hélio Zylberstajn, que me deram a oportunidade de trabalhar na FIPE, experiência que enriqueceu bastante minha vivência como economista.

Às organizações que possibilitaram a realização da pesquisa de campo que motivou esse trabalho, o PESC – Programa de Extensão em Serviços à Comunidade da FEA/USP e à Planet Finance Brasil, especialmente seu então diretor Frederico Celentano.

Ao excelente grupo de alunos de graduação da FEA/USP participantes do projeto do PESC que fez as entrevistas com as costureiras em Cidade Tiradentes: Anna, Henrico, João, Michelle, Nathália e Priscila. Aos membros do outro grupo do PESC com os quais também tive o prazer de trabalhar: André, Bethânia, Bruno, Elaine, Lucas e Ludmila.

Aos bons amigos que fiz dentre os pós-graduandos em economia da FEA/USP, da minha turma ou não, cujos nomes não mencionarei para não correr o risco de fazer injustiça a alguém, mas sem os quais seria muito mais difícil e penoso o percurso até o final desse trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa investiga os determinantes e a evolução recente no Brasil do trabalho remunerado feminino exercido no próprio domicílio ou simplesmente trabalho domiciliar. Quase 10% da população feminina ocupada, aproximadamente 4,5 milhões de mulheres, tem esse tipo de ocupação. Constatando a inexistência de estudos sobre o tema com dados quantitativos abrangentes, a presente pesquisa utiliza informações da Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares (PNAD) de 1992 a 2005 para analisar como evoluiu a proporção de trabalhadoras domiciliares no total da população ocupada.

As mais importantes hipóteses delineadas na literatura a partir de estudos de caso são discutidas pela confrontação com os dados. Sob a ótica da demanda por essa forma de trabalho, analisa-se os setores que mais fazem uso do trabalho domiciliar feminino e as mudanças nessa composição, bem como sua relação com as transformações no mundo do trabalho decorrentes da reestruturação empresarial.

Quanto à oferta por trabalho domiciliar, investiga-se como atributos individuais e familiares afetam as chances da mulher estar nesse tipo de condição de ocupação. É debatido como as transformações na inserção produtiva feminina afetaram a importância relativa do trabalho domiciliar. Constrói-se um modelo Logit Multinomial no Stata a partir dos dados da PNAD para comparar como mudou no tempo o impacto de cada atributo sobre a probabilidade de que uma mulher seja trabalhadora domiciliar.

ABSTRACT

This research investigates the determinants and recent developments of female home-based work in Brazil. Almost 10% of the occupied female population, approximately 4.5 million women, has this kind of occupation. Noting the lack of studies on the topic with comprehensive quantitative data, the present research uses information from PNAD beginning on 1992 until 2005 to evaluate how the proportion of female home-based workers on occupied population evolved.

The most important assumptions outlined in the literature from case studies are discussed by confrontation with the data. From the perspective of demand for this type of work, sectors that intensively use female home-based work are analyzed, as well as its relationship with the changes in the labor market resulting from firms restructuring.

On the supply of home-based work, it is investigated how individual and family attributes affect the chances of a woman to be in this work condition. It is discussed how the changes on female's productive insertion affected the relative importance of home-based work. A Multinomial Logit model is built on Stata using the data from PNAD to compare how the impacts of each attribute on the probability of a woman being home-based worker changed over time.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	2
LISTA DE GRÁFICOS	3
1 INTRODUÇÃO	5
2 O TRABALHO DOMICILIAR FEMININO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	9
2.1 Transformações no capitalismo contemporâneo.....	9
2.2 O trabalho domiciliar e a indústria de confecções.....	14
3 TRABALHO DOMICILIAR FEMININO NO BRASIL: EVOLUÇÃO RECENTE E COMPOSIÇÃO SETORIAL	25
3.1 Evolução recente do trabalho domiciliar	25
3.2 Composição setorial do trabalho domiciliar feminino.....	32
4 PERFIL DAS TRABALHADORAS DOMICILIARES E EFEITOS SOBRE O ESTADO OCUPACIONAL	39
4.1 Perfil das trabalhadoras domiciliares.....	39
4.2 Modelo teórico: logit multinomial.....	44
4.3 Aplicação do modelo: efeitos marginais de características individuais sobre a probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais	48
5 CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE – TABELA DE CONVERSÃO DE ATIVIDADES.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da proporção de trabalhadores domiciliares na população ocupada, por gênero e total, 1990 a 2005	27
Tabela 2 - Número estimado de trabalhadores domiciliares, 1992 a 2005	29
Tabela 3 - Comparação entre proporção das mulheres na PEA e proporção do trabalho domiciliar na ocupação feminina, 1992 a 2005.....	30
Tabela 4 - Comparação entre taxa de desemprego masculina e feminina e proporção do trabalho domiciliar na ocupação feminina, 1992 a 2005.....	31
Tabela 5 - Participação setorial em % no total do trabalho domiciliar feminino, 1992 a 2005	32
Tabela 6 - Participação setorial resumida em % no total do trabalho domiciliar feminino, 1992 a 2005	34
Tabela 7 - Relação entre trabalho domiciliar por setor e total de mulheres ocupadas, 1992 a 2005	36
Tabela 8 - Perfil médio de mulheres em diferentes condições de ocupação, 2005.....	40
Tabela 9 - Efeitos marginais de atributos individuais sobre a probabilidade de ocorrência de diferentes estados ocupacionais, 1992 a 2005	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção de trabalhadores domiciliares na população ocupada total, 1990 a 2005	27
Gráfico 2 – Proporção de trabalhadores domiciliares na população ocupada feminina, 1990 a 2005	28
Gráfico 3 – Percentual de participação na PEA por gênero, 1992 a 2005	30
Gráfico 4 – Participação setorial resumida no total do trabalho domiciliar feminino, 1992 a 2005	34
Gráfico 5 – Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais se mulher tem idade entre 35 e 44 anos, 1992 a 2005	54
Gráfico 6 – Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais se mulher tem idade entre 45 e 64 anos, 1992 a 2005	54
Gráfico 7 – Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais se mulher tem ensino fundamental completo, 1992 a 2005.....	56
Gráfico 8 – Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais se mulher declarou raça diferente de branca, 1992 a 2005.....	57
Gráfico 9 – Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais se mulher é casada ou mora com companheiro, 1992 a 2005	58
Gráfico 10 – Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais para cada 1% de aumento na renda domiciliar descontado o próprio salário da mulher, 1992 a 2005	60
Gráfico 11 – Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais para cada criança com até 9 anos de idade residindo no domicílio, 1992 a 2005 .	61

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares – em 2005 aproximadamente 5,3% da população ocupada no Brasil exercia sua atividade produtiva remunerada no próprio domicílio em que morava. Essa é uma condição de ocupação tipicamente feminina, na qual se encontravam para esse ano 9,3% das mulheres ocupadas e 2,3% dos homens ocupados.

O trabalho remunerado exercido no próprio domicílio, ou simplesmente trabalho domiciliar, é uma forma específica de trabalho que sobreviveu às transformações do capitalismo e perdura até os dias atuais¹. Além da presença feminina, outra característica sua é a precariedade, que é ainda maior que a das ocupações informais fora do próprio domicílio. Não há o pagamento de direitos trabalhistas, assim como nas formas de ocupação informais em geral, e a sobreposição entre domicílio e local de trabalho torna o trabalhador a mais sujeito a artifícios como o prolongamento da jornada de trabalho e a variação da remuneração de acordo com as oscilações na demanda (AMORIM; ARAÚJO, 2000).

Mesmo para os trabalhadores autônomos que exercem ocupação no domicílio esse caráter precário é mantido, uma vez que a sobreposição da esfera doméstica com a produtiva compromete o cálculo econômico, com implicações como a expansão da jornada e não computar no custo produtivo insumos que também estejam no consumo da casa, por exemplo, água e energia elétrica.

O emprego do trabalho domiciliar na indústria de confecções é o que mais desperta o interesse de pesquisadores, concentrando a bibliografia do tema (ABREU, 1986; ABREU; SORJ, 1993; LIMA, 1999; LEITE, 2004; JINKINGS; AMORIM, 2006). É aparentemente paradoxal que um ramo tão importante da indústria faça largo uso dessa modalidade de trabalho, contrariando a lógica da concentração fabril, de que o aumento do controle do capital sobre o processo produtivo aumenta a eficiência e a lucratividade. Usualmente duas ordens de fatores

¹Utiliza-se nessa pesquisa o termo trabalho domiciliar para se referir ao trabalho remunerado no próprio domicílio. O termo trabalho doméstico, quando utilizado, faz referência às tarefas tipicamente domésticas, como cuidado com a casa e filhos, alimentação, limpeza.

são apresentadas nessa literatura para explicar a permanência dessa forma de trabalho, relacionadas à demanda e à oferta desse tipo de mão-de-obra.

Quanto à demanda, há uma combinação de questões técnicas e econômicas. No caso da indústria de confecções, a contratação de costureiras ainda responde por grande parte dos custos. É um setor intensivo em trabalho, em que a modernização tecnológica é limitada na fase da montagem de peças. Uma vez que não é possível ampliar lucros por meio de ganhos tecnológicos de produtividade e a fase da montagem é divisível em etapas, o trabalho domiciliar associado ao pagamento por peça produzida é adotado como expediente para aumentar a lucratividade por meio da redução de custos trabalhistas, transferência de custos fixos, prolongamento da jornada de trabalho e flexibilização da contratação ajustando-a às oscilações da demanda.

Já a oferta de trabalho domiciliar é consequência principalmente do caráter patriarcal das relações de gênero. Às mulheres são socialmente atribuídas todas as responsabilidades internas na reprodução doméstica, como zelar pela ordem do lar e cuidado com as crianças. Em especial para as mulheres casadas, ter trabalho remunerado é uma possibilidade secundária, subordinada aos imperativos da divisão sexual do trabalho. Não só pelo tempo despendido, mas pela própria concepção corrente de que “lugar de esposa é em casa”, é mais difícil conseguir um trabalho remunerado na esfera pública. O trabalho domiciliar passa a ser uma alternativa importante, pois permite a conciliação de uma ocupação remunerada com as tarefas domésticas e a imposição ideológica da esfera privada como o espaço da mulher.

Os autores mencionados apresentam essas duas ordens de fatores como complementares entre si, ou seja, há demanda empresarial por essa forma mais flexível de emprego de mão-de-obra e há oferta oriunda das relações de gênero familiares. Porém essa explicação duplamente fundamentada não é condizente com a evolução recente dessas duas tendências. Enquanto o capitalismo contemporâneo tende a disseminar a precarização e informalização dos postos de trabalho, o que em tese conduziria a uma expansão do trabalho domiciliar, houve uma verdadeira revolução na inserção produtiva feminina com a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, tendência que por sua vez indicaria uma contração do trabalho domiciliar.

Pesquisas mais recentes elaboradas a partir de estudos de caso na indústria de confecções compartilham uma percepção de crescimento da importância relativa do trabalho domiciliar (LAVINAS *et al.*, 1998; LIMA, 1999; LEITE, 2004; JINKINGS; AMORIM, 2006). A interpretação usual é que o movimento recente mais geral de reestruturação empresarial, que levou a transformações nas relações de trabalho como o aumento da flexibilidade e da informalidade, seria responsável por expandir o trabalho domiciliar como mais uma modalidade de trabalho precário. O trabalho domiciliar em setores não ligados a cadeias industriais, mas sim a trabalhadores autônomos e informais, também cresceria para absorver a mão-de-obra que perde postos de trabalho na indústria (ANTUNES, 2006; JINKINGS; AMORIM, 2006).

Contudo esse suposto crescimento da importância relativa do trabalho domiciliar é oposto ao movimento das relações de gênero. Nas últimas décadas a inserção da mulher no mundo do trabalho vem se alterando radicalmente, com o aumento da proporção de mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). De acordo com a PNAD, em 1992 as mulheres eram 39,8% do total de pessoas ocupadas e em 2005 já eram 43,7%. Mesmo as mulheres casadas e com filhos pequenos passam a participar mais ativamente do mercado de trabalho. Embora a responsabilidade pelos cuidados com a casa ainda seja socialmente atribuída à mulher e isso dificulte o exercício de uma ocupação remunerada fora do domicílio, esse entrave está progressivamente deixando de se tornar um impeditivo. Assim, pelo lado da oferta de mão-de-obra seria razoável supor uma diminuição da importância relativa do trabalho domiciliar.

O objetivo da presente pesquisa é descobrir e explicar qual é a tendência predominante na evolução do trabalho domiciliar: o crescimento decorrente dos determinantes produtivos ou a retração relacionada às mudanças nas relações familiares. Esse problema simplesmente não é posto na literatura examinada e como há uma impressão generalizada de que o trabalho domiciliar cresceu em importância, pode-se considerar que há uma suposição implícita de que os determinantes produtivos são mais importantes. Contudo tais pesquisas baseiam-se em estudos de caso, de maneira que podem não estar refletindo corretamente o que ocorre na realidade.

Este estudo faz uso de dados da Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares (PNAD) de 1992 a 2005 para revelar qual foi a evolução do trabalho domiciliar como proporção da PEA

feminina nos anos recentes. A partir da questão da PNAD sobre o local onde é exercida a atividade da pessoa ocupada, é possível responder se o trabalho domiciliar cresceu ou se perdeu importância relativa nos anos recentes, o que dirá se foi preponderante o movimento da oferta ou da demanda por trabalho domiciliar. Ambas as tendências são mais bem explicadas e compreendidas por meio do estudo da composição setorial do trabalho domiciliar e do perfil familiar e pessoal das mulheres nessa condição ocupacional, que explicam a evolução observada.

A pesquisa está dividida em cinco partes. Após essa introdução, o capítulo dois apresenta a tendência geral de flexibilização das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo e suas relações com a evolução do trabalho domiciliar, conforme as caracterizações na bibliografia do tema. Também contempla revisão bibliográfica sobre a organização produtiva do trabalho domiciliar na indústria de confecções e sobre os determinantes familiares na oferta de trabalho domiciliar. Pesquisa exploratória realizada para esse trabalho com costureiras do distrito de Cidade Tiradentes, na cidade de São Paulo, também é utilizada nesse capítulo em comparações com a literatura.

O terceiro capítulo apresenta a evolução anual da proporção de trabalhadoras domiciliares na PEA feminina de 1992 a 2005 a partir dos dados da PNAD. Comparações com as tendências de crescimento do desemprego e da participação econômica feminina são utilizadas como aproximações das tendências de flexibilização produtiva e mudanças nas relações de gênero. Ainda nesse capítulo, é explorada a composição setorial do uso do trabalho domiciliar feminino, as transformações ano a ano e as relações com a participação do trabalho domiciliar de cada setor no total das mulheres ocupadas.

O capítulo quatro expõe o perfil das trabalhadoras domiciliares em comparação com as mulheres ocupadas fora do domicílio, desempregadas e economicamente não ativas. Os perfis são compostos por médias de variáveis que representam atributos pessoais e familiares, como idade, número de filhos, escolaridade e estado civil. A seguir um modelo econométrico logit multinomial é aplicado para mostrar como cada atributo afeta a probabilidade da mulher ser uma trabalhadora domiciliar ao invés de algum dos outros três estados. Por fim, a quinta parte é constituída pelas conclusões da pesquisa.

2 O TRABALHO DOMICILIAR FEMININO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Neste capítulo serão apresentados alguns dos principais estudos sobre o trabalho domiciliar no Brasil, especialmente na indústria de confecções, e as linhas gerais das mudanças no mundo do trabalho e no capitalismo contemporâneo.

A primeira seção sintetiza as características principais do processo de transformação no padrão de acumulação capitalista que está por trás da tendência de flexibilização e precarização do trabalho, baseada principalmente em coletânea recente organizada por Antunes (2006).

A segunda seção traz os textos principais da bibliografia sobre o trabalho domiciliar no país. A pesquisa exploratória realizada com costureiras para o presente estudo também será comentada nessa seção. São discutidos tanto os determinantes da demanda quanto da oferta por trabalho domiciliar. A demanda depende de fatores técnicos, como a tecnologia no setor de confecções, e de fatores econômicos. Estes últimos estão ligados à tendência de precarização e flexibilização vista na primeira seção.

Os determinantes da oferta por trabalho domiciliar, relativos a atributos individuais como escolaridade e principalmente às relações de gênero estabelecidas de acordo com o arranjo familiar, também são apontados na literatura. Mas diferentemente dos determinantes pela demanda, sua evolução no tempo não é analisada, nessa seção são apenas expostos para servir de fundamento teórico à discussão do capítulo posterior.

2.1 Transformações no capitalismo contemporâneo

Tão presente na indústria do vestuário até os dias de hoje, Marx já retratava o trabalho domiciliar no primeiro volume d'*O Capital*.

[...] o trabalho a domicílio luta por toda parte contra a produção mecanizada ou pelo menos contra a manufatureira; nele, a pobreza despoja o trabalhador das condições mais indispensáveis ao trabalho, o espaço, a luz, a ventilação, etc; a irregularidade do emprego aumenta e, finalmente, neste último refúgio daqueles que a indústria e a agricultura moderna tornaram supérfluos, atinge o máximo, por força das circunstâncias, a concorrência entre os trabalhadores (MARX, 1867, p.529; *apud* JINKINGS e AMORIM, 2006)

Considerada já por Marx uma modalidade atrasada de exploração da mão-de-obra, o trabalho domiciliar persiste não apenas na indústria de confecção, à qual ele se referia, como também em outros setores.

Leituras marxistas mais recentes apontam uma expansão recente do trabalho domiciliar, que seria manifestação de uma tendência geral de conjugação entre modernização e atraso característica do capitalismo contemporâneo, denominada *acumulação flexível* (ALVES; TAVARES, 2006). Esse novo padrão teria raízes em dois fenômenos: as transformações técnicas / organizacionais e a globalização do capital (ANTUNES, 2006).

A inovação pela informatização e microeletrônica, associada às transformações organizacionais de caráter toyotista, proporcionaram aumentos de produtividade responsáveis pela redução de postos de trabalho na indústria. Concomitantemente, a globalização produtiva e financeira expandiu o poder do capital ao ampliar seu grau de mobilidade. O crescimento do exército industrial de reserva reduz o poder de barganha dos trabalhadores. Com a globalização, a produção é transferível para qualquer país, o que dá ao capital enorme poder para forçar a desregulamentação do mercado de trabalho, com perdas de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. Tal processo se desenvolve inclusive nos países capitalistas centrais, provocando uma *equalização declinante da taxa de exploração diferencial*: as taxas de exploração observadas nos países da periferia tendem a se alastrar pelo sistema (MÉZÁROS, 2006).

Segundo Vasapollo (2006, p. 46):

Flexibilização pode ser entendida, por exemplo, como:

- 1 liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem;
- 2 liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite;

- 3 faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional;
- 4 possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.);
- 5 liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas;
- 6 possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa.

O imenso acúmulo de riqueza financeira, a liberalização dos mercados financeiros e a mobilidade do capital produtivo aumentam sobremaneira o poder do capital para impor reformas liberalizantes, como a flexibilização trabalhista. Há a segmentação dos trabalhadores em grupos de acordo com sua “qualificação”, condição de emprego ou auto-emprego e grau de formalização, de maneira a nublar sua identidade de classe e provocar a desmobilização dos trabalhadores. O sistema toyotista de produção segmenta os trabalhadores entre “qualificados” e “não qualificados”. Os primeiros têm empregos bem remunerados, mas são mais explorados ao assumirem responsabilidades crescentes no processo produtivo e pressionados a trabalharem horas além de sua jornada sem pagamento de horas extras (ANTUNES, 2006, p. 19). Já os supostos “não-qualificados” seriam um imenso contingente de trabalhadores agregados a tarefas de baixo conteúdo tecnológico e que precisam aceitar perda de direitos e super-exploração ante a ameaça do desemprego.

Há ainda uma clivagem desse último grupo. Primeiro porque não há emprego para todos, tal que muitos precisam se dedicar ao auto-emprego como possibilidade de sobrevivência. Segundo, entre os próprios empregados há uma multiplicidade de formas assumidas pela relação de emprego, em diferentes graus de formalidade.

O emprego domiciliar seria uma dessas modalidades de trabalho marcadas pela precarização e flexibilidade. Grandes grupos transnacionais retêm sobre seu controle etapas mais intensivas em tecnologia e terceirizam a empresas pequenas as fases intensivas em trabalho. Com mais facilidade para contratar à margem da legislação trabalhista, as pequenas empresas utilizariam modalidades precárias como o trabalho domiciliar:

Além de certas formas arcaicas de produção terem sido mantidas no capitalismo desenvolvido, a terceirização encarregou-se de recuperar outras, a exemplo das cooperativas, do trabalho domiciliar e da pequena empresa. Estas não são formas independentes, externas à dinâmica capitalista, ao contrário, são parte essencial da estratégia de acumulação flexível, articuladas pelos mecanismos da divisão internacional do trabalho (ALVES; TAVARES, 2006, p.441).

Assim, ganhos de produtividade gerados tanto pela modernização técnica quanto pelo retorno a formas pré-capitalistas de produção seriam parte de um mesmo processo de valorização do capital.

Tratando do processo de transição de formas não capitalistas para capitalistas de produção, Marx (2004) propõe as categorias de submissão formal e submissão real do trabalho ao capital.

A submissão formal, característica dessa fase de transição, dá-se quando o capital subordina o trabalho pela posse dos meios de produção, convertendo o processo produtivo em processo de valorização do capital, mas sem que necessariamente mude a organização material desse processo. Daí que muda sua *forma* sem que seja necessário mudar a maneira *real* como ele se materializa. No início da transição para o capitalismo a organização técnica era a mesma que existia antes da subordinação ao capital, até que com o tempo e o florescimento das forças capitalistas a organização produtiva é transformada. Surgem novos métodos de produção especificamente capitalistas que caracterizam a submissão real ao capital – um tipo ainda de submissão formal, seu tipo mais desenvolvido.

Marx (2004, p. 94) aponta os seguintes elementos definidores da submissão formal:

- 1) A relação social entre quem fornece o trabalho e quem se apropria é monetária. A dominação é fundamentalmente econômica; circunstâncias políticas, religiosas, tradicionais etc. não precedem tal relação entre possuidores de mercadorias;
- 2) As condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência) são posses do subordinador e não do trabalhador, a quem se apresentam como capital.

A essas duas características essenciais pode-se acrescentar outra que o próprio Marx (2004, p. 90-91, p. 96) aponta em diferentes partes do texto:

- 3) A escala da produção, pois só há a mudança da forma de submissão para a capitalista quando o capitalista extrai mais-valia de número suficiente de operários para pelo menos lhe garantir a possibilidade de assumir o papel exclusivo de capitalista, ou seja, que ele não precise mais se envolver diretamente trabalhando no processo e possa assumir as funções de vigiar e dirigir recebendo ainda renda suficiente para consumo próprio e acumulação de capital.

Há ainda outra característica digna de destaque que é consequência das outras:

- 4) Aumenta a continuidade e intensidade do trabalho, para crescer progressivamente a extração de mais-valia absoluta. A jornada de trabalho se estende e o tempo de trabalho necessário – parte da jornada que gera a produção paga ao trabalhador para lhe prover a subsistência – é mantido o mesmo ou até reduzido. Apenas com a migração progressiva à submissão real o processo produtivo se altera para aumentar a produtividade visando à mais-valia relativa.

A mais-valia absoluta advém de formas de exploração que consistem em ampliar o diferencial entre o produto total e a parte do produto destinada à reprodução do próprio trabalhador via ampliação das horas trabalhadas ou redução do salário. É a forma de extração da mais-valia que vigora quando os meios de produção passam a ser do capitalista, mas os processos produtivos ainda não foram transformados e permanecem iguais aos pré-capitalistas.

A submissão real surge com o modo de produção especificamente capitalista, “um *modo de produção específico*, e não apenas tecnologicamente, *que transforma totalmente a natureza real do processo de trabalho e as suas condições reais*” (MARX, 2004, p.104, grifos do autor). A produção de mais-valia relativa é característica desse modo, que requer a maquinaria e a aplicação da ciência para aumentar a produtividade, o produto por hora de trabalho. Conforme o processo produtivo seja conduzido no ritmo da máquina, há a necessidade da concentração fabril, que aumenta o controle do capital sobre o processo.

A argumentação desenvolvida pelos autores expõe uma contradição: o atual desenvolvimento do modo capitalista fundamenta-se em uma conjugação entre a modernização propiciadora do aumento da mais-valia relativa com o retorno a formas de trabalho pré-capitalistas a fim de ampliar também a extração de mais-valia absoluta.

Comentando o advento da modernização técnica para a extração de mais-valia relativa, apontam Alves e Tavares:

Mas isso não quer dizer, de maneira alguma, que a forma geral socialmente dominante eliminou a mais-valia absoluta. O aumento da mais-valia relativa se dá concomitantemente com o aumento da mais-valia absoluta. No momento atual, o capital engendra com muita propriedade a existência combinada dos dois regimes de exploração. Essa articulação, amplamente facilitada pelos processos de terceirização, é responsável pela intensificação da desigualdade entre os trabalhadores. As maiores empresas, dotadas de tecnologia mais moderna, organizam-se em função da mais-valia relativa, sem necessariamente abolir a absoluta, enquanto que as pequenas empresas, que por razões óbvias não conseguem atingir o mesmo nível de desenvolvimento, recorrem aos mecanismos da mais-valia absoluta, esfera na qual vicejam as formas mais precárias de trabalho interiores à produção capitalista. Torna-se evidente que mais-valia absoluta e mais-valia relativa são inseparáveis. Para Bernardo, “o próprio processo de mais-valia relativa na produção da força de trabalho implica a permanente remissão de amplos setores de trabalhadores para sistemas em que facilmente pode vigorar a mais-valia absoluta” (BERNARDO, 1991, p.114). Essa articulação, que explica a existência combinada e concomitante de diferentes mudanças tecnológicas no interior do mesmo conjunto de processos produtivos, torna indiscutível que *desenvolvido* e *atrasado* são momentos de uma mesma unidade, ou mais precisamente, do modo de produção capitalista, que deve ser encarado como uma totalidade que se movimenta permanentemente em busca da acumulação (ALVES; TAVARES, 2006, p. 442).

2.2 O trabalho domiciliar e a indústria de confecções

As pesquisas sobre o trabalho domiciliar no Brasil partem principalmente de estudos de caso da indústria de confecções. Possivelmente isso ocorre porque, como se verá no próximo capítulo, é a atividade que mais faz uso desse tipo de relação de trabalho e porque é o único setor industrial com um contingente expressivo de trabalhadores domiciliares. Nessa seção, são discutidos estudos que investigaram os motivos da demanda e da oferta do trabalho domiciliar, com foco sobre a indústria de confecções pelo motivo apresentado.

Os comentários dessa seção também se baseiam em pesquisa de campo exploratória realizada com costureiras em Cidade Tiradentes, distrito da periferia de São Paulo. A especificidade da forma de trabalho das costureiras entrevistadas motivou esse estudo sobre o trabalho domiciliar². As características do trabalho domiciliar observadas em campo são muito condizentes com as análises feitas na literatura examinada e como a amostra entrevistada não tem representatividade estatística, optou-se por utilizá-la como um reforço da argumentação apresentada na literatura exposta.

O trabalho domiciliar nunca deixou de existir na indústria do vestuário (Abreu 1986). Dados os limites técnicos à mecanização no setor, tal modalidade se espalhou já no princípio da Revolução Industrial, reduzindo custos nos produtos do vestuário pela fuga dos rígidos regulamentos das corporações de artesãos, substituindo-os por uma mão-de-obra barata com participação elevada de mulheres e crianças. Antes que uma forma pré-industrial, essa forma de trabalho doméstico foi fruto do processo capitalista e deu base às fábricas de outros setores para possibilitar a Revolução Industrial (THOMPSON, 1968, p. 288-289; *apud* ABREU, 1986, p. 51-52).

Abreu (1986) identifica quatro características gerais da indústria de confecções, que facilitam a penetração do trabalho domiciliar:

- 1) Baixo impacto relativo das inovações técnicas no setor como um todo;
- 2) Divisibilidade do processo de produção, que pode ser facilmente separado por ser descontínuo;
- 3) Alta heterogeneidade na indústria, tal que a organização da empresa depende muito do tipo de produto fabricado;

² Essa pesquisa foi desenvolvida para o Programa de Extensão em Serviços à Comunidade (PESC), da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA/USP), com o apoio da Planet Finance Brasil. O autor do presente estudo foi tutor de um grupo de alunos de graduação da FEA/USP no programa, que desenvolveu a pesquisa adaptando um questionário fornecido pela Planet Finance. O objetivo do projeto era avaliar a demanda potencial por serviços de microcrédito na região, por meio de entrevistas semi-estruturadas com as costureiras domiciliares.

- 4) Influência do marketing e do circuito da moda determinando ciclos curtos de produtos.

Mais recentemente, a indústria de confecções passou por um processo de modernização tecnológica, mas em geral concentrado nas etapas anteriores à montagem das peças e nas grandes empresas. O sistema de CAD/CAM informatizou as fases do design, montagem e corte. O CAD (*Computer Aided Design*) é utilizado para o desenho, interligado ao CAM (*Computer Aided Manufacturing*) para permitir uma precisão muito maior no corte (NUNES; CAMPOS, 2006).

Contudo, o setor ainda é intensivo em trabalho, pois na montagem das peças não houve grandes transformações e “[...] o binômio costureira / máquina de costura permanece.” (VERSIANI; GASPARI, 1999, p.252). Uma vez que grande parte dos custos do setor vêm da contratação de mão-de-obra para a costura e que a modernização tecnológica é limitada nessa fase, a redução de custos por meio da precarização da relação de trabalho seria um importante mecanismo para ampliar a lucratividade das empresas. Em termos marxistas, como já exposto anteriormente, a limitação nas possibilidades de expansão de mais-valia relativa pela modernização tecnológica leva as empresas a intensificarem a extração de mais-valia absoluta por meio da ampliação da jornada ou redução no pagamento por hora.

Já que as etapas de modelagem e corte podem ser separadas da costura, é possível segmentar a montagem em tarefas que podem ser realizadas fora da fábrica. Assim, a distribuição de peças pode ser feita para diversas costureiras que trabalham em seus domicílios. A máquina de costura pode ser adquirida pela costureira e ser instalada com facilidade em algum “canto” disponível da casa. O pagamento por peça costurada é possibilitado por essa característica do processo produtivo e substitui o controle direto da produção do trabalhador pela empresa.

Logo a empresa não apenas reduz custos pelo não-pagamento dos direitos trabalhistas como também não gasta com aquisição e manutenção de máquinas, espaço para a instalação fabril, energia elétrica e, como foi mencionado nas entrevistas realizadas, é comum que até a linha de costura seja custeada pela trabalhadora.

Mesmo o custo da formalização por vezes é repassado, como cita Abreu (1986) ao entrevistar costureiras domiciliares que trabalhavam para empresas que exigiam o registro de autônomas

para não correrem riscos com fiscalização. Em Cidade Tiradentes, muitas entrevistadas reclamaram por no ano anterior a subprefeitura ter feito um cadastro de costureiras que seria utilizado por confecções das regiões do Brás e centro de São Paulo, mas que seria necessário providenciarem o registro de autônomo para a contratação. O convênio não se efetivou, mas várias já haviam gastado para providenciar o registro que afinal não teve qualquer serventia.

Esse sistema também permite à empresa obter mais horas de trabalho com um custo menor. Já que o pagamento se faz por peça, não há a remuneração de horas extras.

Por fim, com a informalidade da relação de trabalho, a necessidade de a costureira ter sua máquina e o pagamento por produção, é transferida à trabalhadora grande parte da incerteza do processo produtivo. Uma costureira entrevistada contou o caso de uma amiga que comprou uma máquina para costurar jeans. O dono de uma confecção lhe garantiu que para os próximos anos teria uma demanda muito alta por saias jeans ao longo de todo o ano e que ela poderia adquirir a máquina sem risco algum. Essa máquina específica é mais cara que a usual e a costureira comprou por meio de uma financeira. Três meses depois a confecção foi transferida para o estado de Minas Gerais, onde os custos seriam menores, e a costureira simplesmente ficou com uma máquina com mais de um ano de prestações a pagar sem ter encomendas para auferir renda. Nesse caso, vê-se claramente que a incerteza inerente à decisão de investimento capitalista simplesmente foi transferida à trabalhadora.

Como resultado, surge uma figura que aparentemente é um híbrido entre trabalhador e produtor autônomo, algo como um pequeno capitalista de si mesmo. Schmuckler (1977 *apud* ABREU, 1986, p. 80-82) expõe essa contradição como uma forma de trabalho que mistura características do assalariado e do autônomo. O produtor autônomo vende o produto de seu trabalho, que é propriedade sua bem como os meios de produção, para clientes particulares. O trabalhador assalariado vende a sua força de trabalho ao capitalista, detentor dos meios de produção e do produto do trabalho.

Já no trabalho a domicílio, haveria a venda da força de trabalho e do produto do trabalho. O trabalhador tem meios de produção próprios cujo valor é depreciado com a transmissão de valor ao produto final, que é vendido pelo trabalhador. Por outro lado, a matéria prima, e por consequência o produto, não são seus e sim do empresário, e devido ao caráter subordinado dessa relação de produção seria sob essa ótica uma venda de força de trabalho.

Jinkings e Amorim (2006) apresentam argumentação semelhante utilizada por Colli (2000) na análise de terceirizações na cadeia têxtil de Americana:

No pólo têxtil de Americana, São Paulo, a terceirização atingiu proporções gigantescas. Em relação a esse tema, Juliana Colli (2000) explicita que a dominação de classe se mantém na relação entre a empresa contratante e a contratada, principalmente porque o contratado continua vendendo o produto do seu trabalho, ou seja, “a compra e a venda da força de trabalho [...] ocorre por vias indiretas, metamorfoseadas no contrato de fornecimento de mercadorias” (COLLI, 2000, p.114). O contratado não tem controle sobre a sua produção, que é determinada pela empresa contratante. Assim, o terceirizado têxtil de Americana assume uma identidade contraditória: ao mesmo tempo em que é capitalista, é assalariado de si mesmo, o que o faz se esforçar ao máximo em seu processo de trabalho e se tornar cada vez mais individualista, cindido da identidade de classe. (JINKINGS; AMORIM, 2006, p.361-362).

Embora uma situação peculiar, a figura do trabalhador domiciliar ligado a uma cadeia industrial é muito mais próxima do assalariado que do capitalista. Como argumenta Abreu (1986, p. 290), a subordinação não diz respeito à posse dos meios de produção, e sim se manifesta de outras duas maneiras.

Uma está na relação entre a costureira e a confecção ou seu intermediário, pois a última controla a matéria prima, o montante de trabalho, a qualidade e o preço por peça. A subordinação é clara porque, mesmo possuindo a máquina, o fornecedor e o comprador são o mesmo agente, esse o verdadeiro capitalista da relação. O controle do trabalho não é direto, mas tem grande poder para expandir a produtividade, já que o pagamento por peça incentiva a costureira a trabalhar no seu máximo, estendendo a jornada e utilizando o trabalho de familiares.

Outra manifestação da subordinação da costureira reside no oligopólio das fases cruciais para a valorização do capital: o desenho, ligado ao circuito de moda internacional, e a comercialização e marketing, que requerem a construção de redes de relações específicas. Relações de classe mais abrangentes também se interpõem, já que “[...] os estratos dominantes criam e reproduzem critérios, gostos e padrões de consumo próprios que se transformam em capital social e cultural de difícil apropriação pelas classes trabalhadoras.” (ABREU, 1986, p.290). Ou seja, há uma forte barreira cultural entre as costureiras e o mundo da moda, que dita as tendências e gostos que serão consumidos.

A heterogeneidade na indústria se manifesta em várias dimensões, como tamanho das empresas e relações de trabalho. O tipo de produto fabricado tem papel importante para definir a organização da produção. Peças padronizadas fabricadas em grande escala – como jeans, camisetas e moda íntima – têm processos mais sujeitos à mecanização, com o predomínio de grandes empresas.

Já nos artigos em que a moda determina as tendências, implicando em elevada sazonalidade, como vestuário feminino, há predominância de pequenas unidades produtivas. É nesses artigos que o trabalho domiciliar tem peso maior. Poucas peças de cada modelo são produzidas, o que impossibilita a padronização. A sazonalidade favorece a opção da empresa pelo trabalho domiciliar, pois a ausência de vínculos formais permite contratar costureiras nas épocas de pico e dispensar quando a demanda arrefece. Nas entrevistas foram relatadas situações em que, no período anterior ao Natal, costureiras trabalhavam mais de 100 horas semanais e no início do ano era comum não terem qualquer encomenda para fazer.

Mas existência do trabalho domiciliar não pode ser explicada somente pela demanda por trabalho das empresas. Uma característica especialmente importante que não depende das estratégias empresariais é o fato de que a grande maioria dos trabalhadores domiciliares são mulheres. Ademais, os autônomos e pequenos comerciantes não subordinados a uma empresa são boa parte do contingente de trabalhadores domiciliares, como será apresentado nas estatísticas da PNAD no próximo capítulo.

Como destacam Abreu e Sorj (1993, p. 44), “Qualquer análise do trabalho a domicílio deve fazer também referência direta às identidades de gênero dessas mulheres, que vivenciam seu trabalho numa associação muito próxima ao mundo doméstico.” A forte presença feminina no trabalho domiciliar decorre das relações de gênero familiares e da divisão sexual do trabalho.

A figura de costureira que trabalha em casa predominante atualmente é a que se liga à cadeia industrial, fazendo lotes de peças para confecções, pegos diretamente ou recebidos de um intermediário. A tradicional “costureira particular”, que faz vestidos e outras roupas sob encomenda, tende a ter sua presença diminuída. Um dos motivos é a mudança de hábitos de consumo da classe média alta, que deixam de encomendar roupas a alfaiates e costureiras para comprar em butiques (ABREU, 1986, p. 127). Também conforme as costureiras passam a residir em áreas mais afastadas por ser a única possibilidade de terem moradia própria, há um

duplo efeito: a costura particular se enfraquece, dado que os vizinhos têm uma mesma baixa condição econômica, e o trabalho em fábricas é dificultado, pois o transporte às áreas onde estão as confecções pode se transformar em uma verdadeira viagem (ABREU, 1986, p. 162).

Esses dois últimos efeitos foram observados na pesquisa de campo em Cidade Tiradentes. A maioria das entrevistadas trabalha no sistema de costura por lotes de peças recebidas de intermediários a serviço de confecções. A costura para vizinhos e pessoas do bairro também foi bastante mencionada, mas principalmente para fazer remendos e ajustes em peças de roupas, cuja remuneração é bastante baixa e responde por parcela ínfima do orçamento mensal. A questão da distância das regiões do Brás, Bom Retiro e centro de São Paulo foi bastante citada como motivo de opção pelo trabalho domiciliar. O distrito de Cidade Tiradentes está situado no extremo leste do município de São Paulo, já na divisa com Ferraz de Vasconcelos. O tempo de deslocamento por meio do transporte público entre essas regiões é de aproximadamente duas horas, com três ou quatro conduções a serem tomadas. Para as confecções é vantajoso fazer uso dessa mão-de-obra através de intermediários, já que por ser uma área com poucas oportunidades de emprego a disponibilidade de costureiras é abundante e o custo menor. A média de idade das costureiras é alta, 47 anos na amostra, o que não só aumenta as dificuldades para conseguirem outro emprego como implica em desgaste maior para enfrentarem uma jornada diária de conduções que pode superar quatro horas.

O perfil da trabalhadora domiciliar da indústria do vestuário mencionado na literatura é a mulher casada, com certa idade e filhos dependentes (ABREU, 1986; ABREU; SORJ, 1993). Dentre as costureiras entrevistadas por Abreu e Sorj (1993), 80% eram casadas ou viviam com companheiro, 64% tinham 40 anos ou mais e 53% possuíam filhos menores de 15 anos.

A possibilidade de conciliar as responsabilidades atribuídas à mulher nas relações de gênero familiares com um trabalho gerador de renda é tida como o motivo principal para a preferência de muitas mulheres pelo trabalho domiciliar – 70% das entrevistadas por Abreu e Sorj (1993, p.43) declararam preferir trabalhar em casa.

É fraca a construção de uma identidade própria enquanto trabalhadora, é a identidade construída no espaço da família que se sobrepõe. Isso se reflete de várias maneiras na relação entre trabalho e família. Na literatura (ABREU, 1986; ABREU; SORJ, 1993) e também nas

entrevistas realizadas percebe-se que a costureira não é capaz de separar o tempo que dedica às tarefas de reprodução doméstica do tempo empenhado com o trabalho remunerado.

De acordo com Silva (1979), mesmo que o número de horas trabalhadas seja maior no trabalho a domicílio do que seria no trabalho assalariado usual, o fato da trabalhadora domiciliar ter o poder de definir seus horários faz com que o tempo destinado ao trabalho remunerado em geral seja o que sobra da dedicação ao trabalho doméstico. A importância dada a essa flexibilidade foi observada na conversa com uma das costureiras de Cidade Tiradentes. Ela costurava para o mesmo dono de confecção há vinte anos e alegava que não mudava para outros que até lhe pagariam mais porque esse empregador lhe dava flexibilidade no prazo de entrega quando ela precisasse para atender alguma necessidade familiar, como levar a mãe ou um dos filhos ao médico. Abreu (1986, p. 191) menciona que, de acordo com suas entrevistas feitas na cidade do Rio de Janeiro, atrasos de um ou dois dias na entrega por parte da costureira em geral não causavam problemas junto à confecção, especialmente se fosse previamente avisado. Tanto que um dos principais pontos de atrito e insatisfação das costureiras surgia quando trabalhavam para uma confecção muito rígida em seus prazos de entrega, dificultando a conciliação com as responsabilidades familiares.

A base fundamental para conciliar costura e trabalho domiciliar é a extensão da jornada de trabalho (SILVA, 1979, p.205). Na amostra de Abreu e Sorj (1993, p.51) 22% das entrevistadas trabalhavam menos de 40 horas semanais, 45% entre 40 e 60 horas e 33% mais de 60 horas semanais, sendo que mais da metade trabalhava aos sábados e/ou domingos. A superposição não é apenas do tempo de trabalho remunerado e de trabalho doméstico, mas também do próprio tempo de lazer que acaba por ser comprimido.

Em muitos dos estudos de caso consultados (ABREU, 1986; ABREU; SORJ, 1993) percebeu-se haver entre as costureiras a opinião de que é possível ter no final do mês uma renda significativamente mais alta trabalhando em casa do que no trabalho em fábricas. Esse é, logo após a possibilidade de conciliação com as responsabilidades domésticas, um dos motivos mais citados por costureiras que preferem trabalhar em casa. A condição para obter uma renda maior pelo trabalho domiciliar isso seria a costureira “sentar firme na máquina” (ABREU, 1986, p. 202), ou seja, estender a jornada de trabalho muito além da duração na fábrica.

Além do prolongamento da jornada de trabalho, outro artifício para aumentar a produção é o emprego de parentes, especialmente nas épocas de picos de produção.

Assim como não consegue separar o tempo despendido com a costura do tempo destinado ao trabalho domiciliar, a costureira não calcula seu ganho de fato. Custos transferidos pela empresa, como eletricidade e manutenção da máquina, não são deduzidos do pagamento por peça para o cômputo do ganho real. No caso da eletricidade, simplesmente se mistura com os gastos da casa.

No relato de Abreu (1986, p.277), mesmo o gasto da renda auferida com a costura no domicílio é marcado pelas relações de gênero. O padrão ideal obtido nos relatos das entrevistas é que o homem garanta o sustento da família, custeando a alimentação e outras despesas básicas, como aluguel, água e luz. Quando há a necessidade de que a mulher complemente os gastos em tais itens, isso é visto como uma ajuda ao marido. Em geral, a renda auferida pela mulher destina-se a fins importantes, mas tidos como suplementares, como vestuário, móveis, eletrodomésticos e educação dos filhos. A construção da casa própria é um projeto conjunto para o qual a contribuição da mulher é por vezes decisiva.

A partir do que se expôs nessa seção, pode-se concluir que os estudos sobre trabalho domiciliar no Brasil explicam a existência dessa forma de trabalho pela conjugação de fatores referentes a aspectos tecnológicos e econômicos por parte da demanda e a aspectos das relações de gênero por parte da oferta. Há uma impressão generalizada em textos mais recentes da literatura de que as transformações no capitalismo contemporâneo, cujos pontos mais relevantes foram apresentados na primeira seção do capítulo, provocaram a expansão do trabalho domiciliar como modalidade de flexibilização das relações produtivas (LAVINAS *et al*, 1998; LIMA, 1999; LEITE, 2004; JINKINGS; AMORIM, 2006).

Contudo o papel das transformações da inserção feminina no mercado de trabalho sobre a evolução do trabalho domiciliar não é levado em conta em tais autores. Certamente isso ocorre porque são pesquisas realizadas a partir de estudos de caso em períodos de tempo isolados, de maneira que se torna difícil ter uma visão global de como essas mudanças mais gerais nas relações de gênero afetam o trabalho domiciliar. Utilizando dados da PNAD representativos nacionalmente e abrangendo quase 15 anos, no próximo capítulo será

apresentada a evolução da proporção de trabalhadoras domiciliares na PEA, explorando como as duas ordens de determinantes influenciaram esse movimento.

3 TRABALHO DOMICILIAR FEMININO NO BRASIL: EVOLUÇÃO RECENTE E COMPOSIÇÃO SETORIAL

3.1 Evolução recente do trabalho domiciliar

No capítulo anterior, foram expostas as explicações recorrentes para a existência do trabalho domiciliar, predominantemente feminino. Pelo lado da demanda por esse tipo de mão-de-obra, é visto como uma modalidade precária de trabalho utilizado para reduzir custos e adequar-se às oscilações na produção. Já a oferta seria fruto de relações sociais de gênero que impõem à mulher as responsabilidades pelas tarefas de reprodução doméstica, tornando o trabalho a domicílio uma possibilidade de conciliar tais incumbências com uma ocupação remunerada.

Há uma percepção na literatura de crescimento da importância do trabalho domiciliar, acompanhando as tendências de flexibilização e precarização dos vínculos empregatícios, generalizadas pelas transformações no capitalismo contemporâneo. Isso se daria tanto diretamente, pela contratação de trabalhadores domiciliares em setores industriais como confecções e calçados, quanto indiretamente, devido à expansão do trabalho autônomo, paralela ao aumento do desemprego estrutural.

Contudo, as transformações da participação feminina no mundo do trabalho parecem indicar a direção oposta. Mudanças culturais das últimas décadas – como a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, a redução no número de filhos e a profusão de diferentes estruturas familiares que não a nuclear – apontam um enfraquecimento das relações de gênero tradicionais. Ainda há muito a avançar, pois as mulheres têm salários menores, empregos piores, estão mais sujeitas ao desemprego e ainda são socialmente consideradas as responsáveis pelo serviço doméstico, o que implica em dupla jornada no acúmulo com o trabalho remunerado. Ainda assim, tais mudanças culturais impactaram a divisão sexual do trabalho de maneira a enfraquecer as atribuições tradicionais de papéis. Com isso, seria de se esperar uma perda de importância do trabalho domiciliar por meio da redução da oferta desse tipo da mão-de-obra.

Assim, existe uma contradição entre as tendências apontadas pela oferta e pela demanda por trabalho domiciliar. Tal controvérsia não é posta nas pesquisas realizadas sobre essa forma de trabalho. Como a suposição de que o trabalho domiciliar está aumentando é generalizada, pode-se dizer que implicitamente é assumido que as decisões das empresas quanto ao uso do trabalho domiciliar preponderam sobre os determinantes familiares da oferta desse tipo de mão-de-obra. As evidências apontadas na literatura são todas baseadas em estudos de caso e nas estatísticas a respeito do crescimento da informalidade em geral, de maneira que apenas um estudo quantitativo estatisticamente significativo da evolução do trabalho domiciliar permitiria observar qual é a tendência predominante. Essa pesquisa se propõe a enfrentar essa questão com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares – PNAD.

Como apontam Lavinas *et al* (2000), nos anos de 1989 e 1990 a PNAD perguntou em seu suplemento trabalho qual é o local onde era exercida a ocupação da semana de referência, oferecendo como uma das opções de resposta o próprio domicílio. A partir de 1992, com a ampla revisão metodológica da pesquisa, essa questão foi incluída no corpo principal. No presente trabalho, serão utilizados os anos de 1992 a 2005 da PNAD. Os anos de 1989 e 1990 não foram incluídos porque, devido à revisão de 1992, várias questões foram alteradas e acrescentadas, o que impossibilitaria compatibilizar dados em muitas das tabelas e gráficos apresentados. O ano 1990 foi utilizado apenas nas tabelas gerais sobre a evolução do trabalho domiciliar. Cabe ainda notar que não há dados disponíveis para os anos 1991, 1994 e 2000, nos quais não foi realizada a PNAD.

A Tabela 1 mostra a evolução de 1990 a 2005 da proporção de trabalhadores domiciliares no total da população ocupada, total e por gênero. Os Gráficos 1 e 2 exibem as mesmas informações, respectivamente no total da população ocupada e apenas para as mulheres.

Tabela 1 - Evolução da proporção de trabalhadores domiciliares na população ocupada, por gênero e total, 1990 a 2005

	Homens	Mulheres	Total
1990	1,5%	14,9%	6,3%
1992	2,2%	13,4%	6,6%
1993	2,3%	13,2%	6,6%
1995	2,3%	12,4%	6,4%
1996	2,4%	11,5%	6,0%
1997	2,1%	10,8%	5,6%
1998	2,2%	10,5%	5,5%
1999	2,3%	10,4%	5,6%
2001	2,4%	10,1%	5,6%
2002	2,4%	9,4%	5,3%
2003	2,5%	9,4%	5,3%
2004	2,3%	9,4%	5,3%
2005	2,3%	9,3%	5,3%

Gráfico 1 - Proporção de trabalhadores domiciliares na população ocupada total, 1990 a 2005

Gráfico 2 - Proporção de trabalhadores domiciliares na população ocupada feminina, 1990 a 2005

Os dados mostram claramente que, ao contrário das percepções baseadas em estudos de caso relatadas na literatura sobre o tema, o peso relativo do trabalho domiciliar se reduziu nos últimos anos. Portanto, pode-se dizer que há fortes indícios a favor da hipótese de que as transformações da inserção feminina no mundo do trabalho foram mais importantes que o aumento da demanda empresarial por formas de trabalho mais flexíveis para determinar a tendência de evolução do trabalho domiciliar.

A Tabela 1 e os Gráficos 1 e 2 revelam ainda a grande diferença entre homens e mulheres quanto à importância do trabalho domiciliar. Em 2005, aproximadamente 9,3% das mulheres ocupadas exerciam suas atividades no próprio domicílio, enquanto nos homens essa proporção era de apenas 2,3%. Vê-se a expressão nítida das relações de gênero e suas implicações sobre a divisão sexual do trabalho, já que o encargo das responsabilidades familiares ainda leva quase 10% da população ocupada feminina a trabalhar no próprio domicílio. Contudo, é claro também que a redução desde 1990 em um ponto – de 6,3% para 5,3% – da proporção de trabalhadores domiciliares foi provocada pela contínua perda de peso do trabalho domiciliar na população feminina, de 14,9% para 9,3%. Além do trabalho domiciliar masculino ser relativamente bem menor, variou pouco no período. Aumentou de 1990 para 1992 e depois se manteve praticamente constante, oscilando entre 2,1% e 2,5%.

O número absoluto estimado de trabalhadores domiciliares no país cresceu, mas pouco, como mostra a Tabela 2.³ Esse número cresceu até 1995 e, após despencar entre 1995 e 1997, voltou a crescer desde 1999 até hoje, sendo que apenas em 2005 a quantidade de trabalhadores domiciliares voltou ao montante de 1992. No entanto, a taxa de crescimento do trabalho a domicílio nos últimos anos não foi suficiente para impedir a queda de sua participação no total da população ocupada.

Tabela 2 - Número estimado de trabalhadores domiciliares, 1992 a 2005

	Número de trabalhadores domiciliares	Variação % (1992 = 100)
1992	4.423.370	100
1993	4.467.520	101
1995	4.561.448	103
1996	4.227.110	96
1997	4.022.259	91
1998	4.033.231	91
1999	4.177.739	94
2001	4.259.323	96
2002	4.214.464	95
2003	4.306.802	97
2004	4.410.130	100
2005	4.551.492	103

Embora a evolução do trabalho domiciliar feminino tenha determinado a queda do peso do trabalho domiciliar em geral, a redução foi bem maior para as mulheres. Isso reflete o fato da participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA) ser significativamente menor que a masculina, principalmente no início do período examinado (Gráfico 3).

³ A estimativa do número de trabalhadores domiciliares a cada ano foi obtida multiplicando a proporção de trabalhadores domiciliares no total da amostra da PNAD pela população do Brasil estimada pelo IPEADATA.

Gráfico 3 - Percentual de participação na PEA por gênero, 1992 a 2005

A hipótese de que as transformações nas relações de gênero causaram a redução do trabalho domiciliar é bastante fortalecida comparando com a participação feminina na composição da PEA. Como mostra o Gráfico 3, a proporção de mulheres participando da PEA cresceu consideravelmente ao longo do período examinado. Como a participação masculina mantém-se praticamente constante, a composição da PEA se alterou. A Tabela 3 traz uma comparação entre o crescimento da proporção feminina na PEA e a queda do trabalho domiciliar no total das mulheres ocupadas.

Tabela 3 - Comparação entre proporção das mulheres na PEA e proporção do trabalho domiciliar na ocupação feminina, 1992 a 2005

	% das mulheres na PEA	% do trabalho domiciliar na ocupação feminina
1992	39,8	13,4
1993	39,9	13,2
1995	40,8	12,4
1996	40,6	11,5
1997	40,8	10,8
1998	41,2	10,5
1999	41,9	10,4
2001	42,1	10,1
2002	42,7	9,4
2003	42,8	9,4
2004	43,3	9,4
2005	43,7	9,3

Vê-se uma clara relação oposta entre participação econômica feminina e trabalho domiciliar, confirmada pelo coeficiente de correlação entre as duas séries, que é -0,93. A altíssima correlação de 93% indica que os dois processos são manifestações de um mesmo fenômeno, que é a transformação da inserção feminina no mundo do trabalho.

Outra tendência importante simultânea ao encolhimento relativo do trabalho domiciliar e ao crescimento da participação feminina da PEA e a expansão do desemprego, especialmente para as mulheres. O crescimento do desemprego está ligado ao processo de precarização das relações de trabalho, pois ambos decorrem em última instância da reestruturação produtiva discutida no capítulo anterior. Mas tem uma tendência oposta à evolução do trabalho domiciliar: a correlação entre as séries de desemprego feminino e trabalho domiciliar feminino é de -0,93 (Tabela 4). Ainda assim, possíveis relações entre o aumento do desemprego e a queda do trabalho domiciliar serão investigadas, seja porque o desemprego não incide igualmente sobre os diferentes setores e pode mudar a composição do trabalho domiciliar, seja porque o desemprego feminino cresce mais que o masculino, o que tem relação com as mudanças da inserção feminina no mercado de trabalho.

Tabela 4 - Comparação entre taxa de desemprego masculina e feminina e proporção do trabalho domiciliar na ocupação feminina, 1992 a 2005

	% de homens desempregados	% de mulheres desempregadas	% do trabalho domiciliar na ocupação feminina
1992	5.9	8.5	13,4
1993	5.8	8.2	13,2
1995	5.5	7.7	12,4
1996	6.1	9.4	11,5
1997	6.7	10.5	10,8
1998	7.6	12.1	10,5
1999	8.3	12.7	10,4
2001	7.7	12.3	10,1
2002	7.7	12.2	9,4
2003	8.1	12.9	9,4
2004	7.1	12.3	9,4
2005	7.5	12.7	9,3

Até então, os dados da PNAD apontam que a redução da importância relativa do trabalho domiciliar decorre das mudanças nas relações de gênero. Na próxima seção, será feita uma análise da composição setorial do trabalho domiciliar e suas transformações no tempo, a fim de esclarecer melhor a relação entre reestruturação produtiva e transformação cultural.

3.2 Composição setorial do trabalho domiciliar feminino

O levantamento da composição setorial do trabalho domiciliar feminino, além de permitir conhecer melhor em que tipo de atividade essa forma de trabalho predomina, permite ter uma visão mais acurada de como as tendências mais gerais de mudança nas relações de gênero e crescimento do desemprego afetaram o trabalho domiciliar, já que tais tendências têm impactos diferenciados por setores.

Para utilizar os dados da PNAD nessa seção, foi necessário compatibilizar as atividades e ocupações de antes e depois de 2002, quando houve uma mudança no sistema classificatório. O Apêndice ao final da pesquisa traz explicações de quais setores foram reunidos e os critérios utilizados. Os setores apresentados a seguir são resultantes dessa compatibilização.

A Tabela 5 exibe a composição setorial do trabalho domiciliar feminino a cada ano, ordenados pela composição média.

Tabela 5 - Participação setorial em % no total do trabalho domiciliar feminino, 1992 a 2005

ATIVIDADE	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	Média
textilvest	29.6	30.0	31.1	31.7	31.0	30.4	28.4	29.1	32.7	31.3	30.3	31.4	30.6
servdomest	23.4	23.5	21.7	22.8	21.3	19.4	19.9	16.6	12.9	10.2	10.2	9.7	17.6
comercio	10.0	10.6	11.0	9.3	8.9	9.2	10.2	11.5	12.8	15.3	14.7	14.6	11.6
beleza	5.7	5.9	6.2	5.8	6.4	6.3	6.9	7.1	7.7	7.6	8.6	8.7	6.9
alimprod	3.6	3.7	4.9	5.1	6.4	6.9	6.9	6.4	6.7	7.7	7.7	7.6	6.1
alimserv	4.6	4.2	4.9	5.7	6.1	6.1	6.2	6.0	5.7	5.6	5.8	5.1	5.5
lavanderia	8.7	7.5	7.3	5.1	5.2	6.1	5.6	4.5	4.2	3.5	4.6	3.3	5.5
educsoc	3.3	3.7	4.6	4.9	5.5	5.7	6.3	6.4	5.2	4.6	4.7	5.1	5.0
artesanato	1.5	1.6	1.1	0.8	1.9	2.2	2.4	3.2	2.3	4.0	4.1	4.9	2.5
outros	9.6	9.2	7.2	8.9	7.4	7.7	7.2	9.3	9.8	9.9	9.3	9.8	8.8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

O setor que mais utiliza o trabalho domiciliar feminino é a fabricação de produtos têxteis, artigos do vestuário e acessórios. Esse setor empregou na média 30,6% das trabalhadoras domiciliares, sendo que ao longo do período examinado essa proporção oscilou em torno da média, mantendo-se praticamente constante.

O segundo maior empregador de trabalhadoras domiciliares na média dos anos é o de serviços domésticos, com 17,6%. Porém foi o setor que mais sofreu transformações quanto ao emprego do trabalho domiciliar: em 1992 era responsável por 23,4% do total de trabalhadores nessa condição e em 2005 por 9,7%, uma redução drástica.

A trabalhadora domiciliar do setor de serviços domésticos é a mulher que trabalha como empregada doméstica morando na casa do empregador, que passa a ser também o seu domicílio. Melo (1998) explica que nas últimas décadas a figura da doméstica residente na casa do empregador praticamente desapareceu das famílias de classe média nos centros urbanos, substituída pelas diaristas que moram em suas próprias casas e podem trabalhar para várias famílias. Segundo o autor isso seria o reflexo de uma tendência à “profissionalização”, tornando a relação entre doméstica e patroa menos pessoal.

O comércio está em terceiro, com média de 11,6% dos trabalhadores domiciliares, tendo crescido de 10% para 14,6%. “Cabeleleira e outros serviços de beleza” segue em quarto, com crescimento de 5,7% para 8,7%, média de 6,9% do trabalho domiciliar feminino.

“Fabricação de produtos alimentícios” e “serviços de alimentação” estão em quinto e sexto, respectivamente. Esses dois setores ligados à alimentação tiveram aumento de participação, a fabricação de 3,6% para 7,6% com média 6,1% e os serviços menos, com trajetória oscilante de 4,6% para 5,1% e média 5,5%.

Os serviços de lavanderia, que no caso do trabalho domiciliar referem-se às lavadeiras, foram outro setor que, assim como os serviços domésticos, perdeu muita participação no total do trabalho domiciliar feminino, de 8,7% para 3,3%, média 5,5%.

“Educação e serviços sociais, incluindo cuidado de crianças, idosos e doentes” teve ganho de participação no trabalho domiciliar, de 3,3% para 5,1%, média de 5%. Os diversos produtos artesanais, por fim, aumentaram bastante seu peso no total do trabalho domiciliar, de 1,5% para 4,9%, média de 2,5%. Os setores restantes foram agrupados na categoria “outros”, que se manteve ao redor de sua média igual a 8,8%.

Para trazer a análise a um nível mais geral e tornar mais claras as tendências preponderantes, alguns dos setores acima agregados. Serviços de beleza, produção de alimentos, serviços

alimentícios e artesanato foram reunidos sob o rótulo serviços e produtos diversos. Educação e serviços sociais têm um perfil diferente dos outros ramos, mas seu peso é relativamente baixo, então foi incorporada aos outros setores. Os resultados da nova agregação estão expostos na Tabela 6 e no Gráfico 4.

Tabela 6 - Participação setorial resumida em % no total do trabalho domiciliar feminino, 1992 a 2005

ATIVIDADE	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	Média
textilvest	29.6	30.0	31.1	31.7	31.0	30.4	28.4	29.1	32.7	31.3	30.3	31.4	30.6
servdomest	23.4	23.5	21.7	22.8	21.3	19.4	19.9	16.6	12.9	10.2	10.2	9.7	17.6
servprod	15.4	15.5	17.0	17.4	20.8	21.5	22.4	22.7	22.4	25.0	26.3	26.3	21.0
comercio	10.0	10.6	11.0	9.3	8.9	9.2	10.2	11.5	12.8	15.3	14.7	14.6	11.6
lavanderia	8.7	7.5	7.3	5.1	5.2	6.1	5.6	4.5	4.2	3.5	4.6	3.3	5.5
outros	12.9	13.0	11.8	13.7	12.8	13.5	13.5	15.7	15.0	14.6	14.0	14.8	13.8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Gráfico 4 – Participação setorial resumida no total do trabalho domiciliar feminino, 1992 a 2005

O setor mais importante, a cadeia têxtil e de vestuário, manteve sua participação relativa no trabalho domiciliar feminino. As mudanças drásticas na composição do trabalho domiciliar feminino originaram-se na perda de importância de serviços domésticos e lavanderia contra o ganho de comércio mais serviços e produtos diversos.

Os setores que perderam participação são justamente os mais ligados à configuração patriarcal nas relações de gênero. Os serviços domésticos realizados no próprio domicílio referem-se a mulheres que moram na casa dos empregadores, como empregadas domésticas. Já o setor lavanderias inclui as lavadeiras, que eram uma forma comum de ocupação para mulheres casadas. A mudança das relações de gênero levou à queda do trabalho domiciliar nesses dois setores.

Com os setores de comércio e de serviços e produtos diversos, predomina a tendência de compensação ao crescimento do desemprego. A indústria foi mais afetada pela reestruturação produtiva, com o enxugamento de postos de trabalho. As atividades agregadas ao pequeno comércio e a produtores autônomos absorvem grande parte do contingente de desempregados, o que explica o crescimento do trabalho domiciliar nos dois setores.

É possível ir mais a fundo para analisar de que maneira a evolução do trabalho domiciliar como proporção das mulheres ocupadas foi afetada pela dinâmica dos setores. A Tabela 7 exibe na primeira linha referente a cada setor a relação entre trabalho domiciliar no setor e mão-de-obra ocupada total para as mulheres ($\text{tdomSET}/\text{ocupTOT}$). A segunda linha mostra a variação em pontos percentuais de $\text{tdomSET}/\text{ocupTOT}$, obtida subtraindo do valor do ano em questão o valor para o ano anterior. A coluna *Média* traz a média de $\text{tdomSET}/\text{ocupTOT}$, a coluna *Soma* totaliza a variação em pontos percentuais e a coluna *Var. %* computa a variação percentual total. A diferença entre as duas últimas colunas pode ser mais bem explicada exemplificando com o setor *textilvest*. Em 1992 suas trabalhadoras domiciliares eram 4% do total de mulheres ocupadas e em 2005 eram 2,9%; uma variação de -1,1 pontos percentuais. Isso representa em termos de variação percentual uma queda de 26,5%, que é a razão entre a variação em pontos percentuais (-1,1%) e o valor inicial (4%).

Tabela 7 - Relação entre trabalho domiciliar por setor e total de mulheres ocupadas, 1992 a 2005

ATIVIDADE		1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	Média	Soma	Var. %
textilvest	<u>tdomSET</u> <u>ocupTOT</u>	4.0	3.9	3.9	3.6	3.4	3.2	3.0	2.9	3.1	2.9	2.8	2.9	3.3		
	Var. em pontos %		0.0	-0.1	-0.2	-0.3	-0.2	-0.2	0.0	0.2	-0.1	-0.1	0.1		-1.1	-26.5
servdomest	<u>tdomSET</u> <u>ocupTOT</u>	3.1	3.1	2.7	2.6	2.3	2.0	2.1	1.7	1.2	1.0	1.0	0.9	2.0		
	Var. em pontos %		-0.1	-0.4	-0.1	-0.3	-0.3	0.0	-0.4	-0.5	-0.3	0.0	-0.1		-2.2	-71.2
servprod	<u>tdomSET</u> <u>ocupTOT</u>	2.1	2.0	2.1	2.0	2.3	2.3	2.3	2.3	2.1	2.3	2.5	2.5	2.2		
	Var. em pontos %		0.0	0.1	-0.1	0.3	0.0	0.1	0.0	-0.2	0.2	0.1	0.0		0.4	18.0
comercio	<u>tdomSET</u> <u>ocupTOT</u>	1.3	1.4	1.4	1.1	1.0	1.0	1.1	1.2	1.2	1.4	1.4	1.4	1.2		
	Var. em pontos %		0.1	0.0	-0.3	-0.1	0.0	0.1	0.1	0.0	0.2	-0.1	0.0		0.0	1.5
lavanderia	<u>tdomSET</u> <u>ocupTOT</u>	1.2	1.0	0.9	0.6	0.6	0.6	0.6	0.5	0.4	0.3	0.4	0.3	0.6		
	Var. em pontos %		-0.2	-0.1	-0.3	0.0	0.1	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	0.1	-0.1		-0.9	-73.7
outros	<u>tdomSET</u> <u>ocupTOT</u>	1.7	1.7	1.5	1.6	1.4	1.4	1.4	1.6	1.4	1.4	1.3	1.4	1.5		
	Var. em pontos %		0.0	-0.2	0.1	-0.2	0.0	0.0	0.2	-0.2	0.0	-0.1	0.1		-0.4	-20.2
Total	<u>tdomSET</u> <u>ocupTOT</u>	13.4	13.2	12.4	11.5	10.8	10.5	10.4	10.1	9.4	9.4	9.4	9.3	10.8		
	Var. em pontos %		-0.3	-0.7	-1.0	-0.6	-0.3	-0.1	-0.3	-0.7	-0.1	0.0	-0.1		-4.1	-30.6

Da redução em 4,1 pontos percentuais em $\text{tdomTOT}/\text{ocupTOT}$, o setor de serviços domésticos foi o que mais contribuiu, com 2,2 %. O setor de produtos têxteis e artigos de vestuário foi o segundo, com variação de -1,1 % em $\text{tdomSET}/\text{ocupTOT}$, seguido pelo setor de lavanderia com -0,9 %. Para o comércio, $\text{tdomSET}/\text{ocupTOT}$ apenas oscilou ao redor da média, tal que sua influência sobre $\text{tdomTOT}/\text{ocupTOT}$ foi nula. O setor serviços e produtos diversos foi o único a dar contribuição positiva a $\text{tdomTOT}/\text{ocupTOT}$, de 0,4 %, mas que só pela variação de -0,4 % dos outros setores já foi compensada.

Embora a cadeia têxtil e de artigos do vestuário tenha tido a segunda maior redução em pontos percentuais na relação $\text{tdomSET}/\text{ocupTOT}$, por ser o setor mais importante para o trabalho domiciliar isso representou uma queda de apenas 26,5 % em termos de variação percentual, como mostra a última coluna da Tabela 7. Uma vez que a variação percentual de $\text{tdomTOT}/\text{ocupTOT}$ foi maior em termos absolutos, -30,6 %, o setor de produtos têxteis e artigos do vestuário teve até um pequeno aumento na sua participação no total do trabalho domiciliar (ver Gráfico 4). Esse resultado é bastante importante para a presente pesquisa, pois

confronta diretamente a percepção generalizada pela literatura do tema de que a importância do trabalho domiciliar teria crescido no setor do vestuário. É outro índice forte de que as transformações nas relações gênero foram mais importantes que a precarização do trabalho para determinar a evolução do trabalho domiciliar.

Os setores serviços domésticos e lavanderia tiveram evoluções semelhantes, determinadas pelas mudanças nas relações de gênero. Vê-se na última coluna da Tabela 7 que ambos tiveram queda superior a 70 % (-71,2% e -73,7% respectivamente) no peso da mão-de-obra domiciliar do setor sobre o total da mão-de-obra ocupada. Essa redução foi fundamental para explicar a alteração da proporção do trabalho domiciliar na mão-de-obra ocupada, além de causar a forte perda de participação desses setores no trabalho domiciliar.

O comércio e o setor de serviços e produtos diversos cresceram em importância no total do trabalho domiciliar e o trabalho domiciliar nesses setores também cresceu em importância no total da mão-de-obra ocupada porque a expansão do desemprego forçou muitas mulheres a procurar essas atividades nas quais a informalidade e o trabalho autônomo têm mais força. No setor serviços e produtos diversos essa tendência se fez mais marcante que no comércio, já que a variação percentual de tdomSET/ocupTOT foi de 18 % e 1,5% respectivamente, pois o primeiro setor abrange as atividades de serviços de beleza, produtos alimentícios e artesanato, nas quais a informalidade e o trabalho autônomo estão especialmente presentes.

4 PERFIL DAS TRABALHADORAS DOMICILIARES E EFEITOS SOBRE O ESTADO OCUPACIONAL

4.1 Perfil das trabalhadoras domiciliares

No capítulo anterior, foi apresentada a tendência de perda de participação do trabalho domiciliar na PEA, simultânea ao aumento da participação econômica feminina. A hipótese sustentada é a de que as transformações nas relações de gênero conduziram ambos os processos, superando a tendência de precarização do trabalho que poderia levar ao crescimento do trabalho domiciliar. O estudo da composição setorial do uso dessa modalidade de trabalho deu força à hipótese, pois justamente os setores mais ligados aos papéis impostos às mulheres pelas relações de gênero tradicionais foram os que mais perderam importância no período.

Nesse capítulo é investigado o perfil das trabalhadoras domiciliares, que características pessoais e familiares as distinguem das mulheres em outras condições de ocupação e como cada atributo afeta a probabilidade de que a mulher esteja em uma condição ou outra.

Nessa seção apresenta-se o perfil médio das trabalhadoras nessa condição em comparação com outras categorias de ocupação. De imediato, o primeiro grupo comparado com as trabalhadoras domiciliares são as mulheres ocupadas em geral, ou seja, todas aquelas que realizaram alguma ocupação remunerada na semana de referência da PNAD. Os outros dois grupos são as mulheres desempregadas e as economicamente não ativas.

O perfil da trabalhadora domiciliar apontado em todos os estudos sobre o tema é próximo ao das mulheres fora da PEA, com características familiares como o casamento e a presença de filhos pequenos, refletindo papéis definidos nas relações de gênero tradicionais. Assim, a comparação com esse grupo pretende dar uma aproximação do quão forte são esses condicionamentos na opção da mulher pelo trabalho domiciliar, explicando melhor a tendência do trabalho domiciliar de acompanhar os movimentos da participação econômica feminina.

Já a comparação com as desempregadas serve a explorar a caracterização do trabalho domiciliar como uma alternativa ao desemprego. Em muitas pesquisas, inclusive nas entrevistas feitas em Cidade Tiradentes para esse estudo, esse é um dos motivos mais citados como a razão da mulher trabalhar em casa, logo após os condicionamentos familiares (ABREU; SORJ, 1993; AMORIM; ARAÚJO, 2000). Mesmo frente aos dados apresentados na seção anterior – que o aumento do desemprego feminino não provocou uma expansão do trabalho domiciliar, muito pelo contrário – é relevante verificar se o perfil das trabalhadoras domiciliares é semelhante ao das desempregadas. É possível que a tendência mais geral de participação feminina na esfera pública como trabalhadoras tenha provocado tanto a queda na importância relativa do trabalho domiciliar quanto o aumento do desemprego feminino, de maneira a sobrepor-se à relação direta entre as duas variáveis.

A Tabela 8 traz as médias de atributos individuais de mulheres de acordo com a PNAD 2005 nessas quatro condições de ocupação: trabalhadoras domiciliares, ocupadas em geral, desempregadas e economicamente não ativas. Foram consideradas apenas mulheres com idade entre 25 e 64 anos para não super-representar as mulheres fora da PEA. As variáveis selecionadas são: idade média do grupo em anos (*idade*); média dos anos de escolaridade (*educ*); proporção de mulheres não brancas (*Nbranco_d*); renda média do domicílio em reais excluída a própria (*outrendadom*); proporção de mulheres casadas ou morando com parceiro (*casad_d*); número de filhos médio (*filhosNO*); média do total de crianças com idade de 0 a 9 anos no domicílio (*TOTcri09*); média do total de adolescentes de 10 a 17 anos no domicílio (*TOTjov1017*); número médio de adultos do sexo masculino no domicílio (*aduMNO*) e número médio de adultos do sexo feminino do domicílio (*aduFNO*).

Tabela 8 - Perfil médio de mulheres em diferentes condições de ocupação, 2005

Variáveis	Trabalhadores domiciliares	Ocupados	Desempregados	Economicamente não ativos
idade	42,2	39,6	35,6	44,1
educ	6,9	8,0	7,9	5,8
Nbranco_d	55%	50%	59%	52%
outrendadom	R\$ 1.171	R\$ 1.296	R\$ 1.064	R\$ 1.453
casad_d	62%	62%	55%	70%
filhosNO	2,7	2,4	2,1	3,1
TOTcri09	0,64	0,64	0,88	0,74
TOTjov1017	0,66	0,67	0,65	0,59
aduMNO	1,15	1,13	1,13	1,28
aduFNO	1,56	1,54	1,65	1,54

A idade média das trabalhadoras domiciliares (42 anos) está entre a média das ocupadas (40 anos) e das economicamente não ativas (44 anos). Como o grupo das não ativas inclui as aposentadas, era de se esperar que a idade fosse maior. O fato da idade média das trabalhadoras domiciliares ser relativamente alta era esperado e já mencionado na literatura (ABREU, 1986; ABREU; SORJ 1993; LEITE, 2004). A explicação mais freqüente é a dificuldade de pessoas com mais idade conseguirem emprego. De acordo com essa primeira observação baseada em médias, tal hipótese parece não ser verdadeira, primeiramente porque a diferença é muito pequena em relação ao total das ocupadas e ainda mais porque a idade média das desempregadas (36 anos) é muito discrepante, bem abaixo dos outros grupos.

A escolaridade formal média das trabalhadoras domiciliares (6,9 anos) está no ponto médio entre a escolaridade das mulheres economicamente não ativas (5,8 anos) e das ocupadas (8 anos), esse último grupo praticamente idêntico ao das desempregadas (7,9 anos). Admitindo-se uma relação positiva entre escolaridade e qualidade do emprego, há indícios de que o trabalho domiciliar é de pior qualidade que o geral das ocupações, mas que as trabalhadoras domiciliares têm melhores oportunidades que as não ativas economicamente.

A variável binária *Nbranco_d* foi construída atribuindo o valor 0 se a entrevistada considera sua raça como branca e o valor 1 se respondeu qualquer outra raça (preta, parda, amarela e indígena), de maneira que a média representa a proporção de mulheres não brancas em cada grupo. O grupo em que as não brancas são mais numerosas é o das desempregadas (59%), refletindo a segmentação no mercado de trabalho já bastante conhecida. Chama a atenção o fato do grupo das trabalhadoras domiciliares ser o segundo maior (55%), com alguma distância das economicamente não ativas (52%) e das ocupadas (50%). É um outro indício de segmentação, no caso das mulheres não brancas terem uma presença maior em uma modalidade de trabalho considerada precária.

A renda domiciliar excluindo a própria é menor para trabalhadoras domiciliares (R\$ 1.171) em comparação com as ocupadas (R\$ 1.296) e com as desempregadas (R\$ 1.064), mas maior que a média das desempregadas (R\$ 1.453). Nas entrevistas realizadas por Abreu (1986), a autora verificou que, devido à produção sazonal da indústria de confecção associada ao pagamento por peça, era mais comum que as costureiras domiciliares fossem mulheres quando a renda do marido ou de outras fontes fosse estável, sendo utilizada a renda da costura para complementar o consumo familiar. A renda média das trabalhadoras domiciliares é

menor que a das ocupadas em geral, de maneira que aparentemente essa hipótese não se confirma para as trabalhadoras domiciliares em geral. Isso não significa que a hipótese seja inválida, já que ela é formulada para a dinâmica econômica da indústria de confecção e que essas médias provavelmente estão influenciadas por outras variáveis, como o nível de escolaridade. Essa discussão será retomada mais à frente, com a apresentação dos resultados do modelo econométrico.

Diferentemente do que é apontado por toda a bibliografia sobre o trabalho domiciliar, a proporção de mulheres casadas entre as trabalhadoras domiciliares e as ocupadas em geral é idêntica (62%). Na teoria, esse seria um dos principais pontos de identificação entre trabalhadoras domiciliares e mulheres economicamente não ativas. Mas além da proporção de casadas entre trabalhadoras domiciliares ser igual à do grupo das ocupadas, é sensivelmente menor que a proporção no grupo das não ativas (70%). Esse pode ser outro indicativo do impacto das mudanças nas relações de gênero sobre o trabalho domiciliar. Mas ainda é necessário observar os resultados econométricos para defender essa hipótese com mais convicção, pois o resultado pode mudar após a depuração da correlação com outras variáveis – a baixa proporção de casadas entre as desempregadas (55%), por exemplo, parece estar influenciada pela idade média mais baixa desse grupo.

A presença de filhos é outra característica bastante destacada nas pesquisas sobre trabalho domiciliar, representada na Tabela 8 por três variáveis. A primeira delas é o número de filhos, que corrobora a interpretação usual: trabalhadoras domiciliares têm em média mais filhos (2,7) que mulheres ocupadas em geral (2,4). Têm menos filhos que as mulheres não economicamente ativas, o que reforça a idéia de que o trabalho domiciliar é uma situação intermediária entre dedicar-se exclusivamente ao serviço doméstico e trabalhar fora do domicílio.

As duas outras variáveis relacionadas à presença de filhos são o número de crianças no domicílio entre 0 e 9 anos de idade e o número de adolescentes entre 10 e 17 anos de idade⁴. A razão utilizar essas duas variáveis além do número total de filhos é por terem significados próprios.

⁴ Foram testadas especificações detalhadas separando várias faixas etárias, como 0 a 2 anos, 3-6, 7-9, 10-13 e 14-17. Mas a interpretação de todas essas faixas não era clara, de maneira que se optou pela divisão em apenas duas.

Filhos com idade até 9 anos exigem maiores cuidados, de maneira que há uma demanda direta pelo tempo da mãe. A variável número total de filhos capta essa demanda, mas também outras coisas, como o fato de que, em geral, mais filhos estão associados a menos escolaridade e gerações anteriores, com uma cultura patriarcal mais arraigada. Porém, de acordo com os dados o número médio de filhos menores de quatro anos é igual entre mulheres ocupadas e trabalhadoras domiciliares (0,64), o que a princípio enfraquece a hipótese de que a presença de crianças pequenas torna a mulher mais propícia ao trabalho domiciliar. Para as não ativas o número é consistentemente maior (0,74) que os dois grupos mencionados. Curiosamente, a média de filhos pequenos é maior ainda para as desempregadas (0,88), o que requer maiores investigações.

A variável total de adolescentes de 10 a 17 anos no domicílio é destacada não só porque filhos maiores não demandam atenção tão constante como os menores, mas também porque podem até ajudar a cuidar dos menores e liberar a mãe para trabalhar fora. Por outro lado, filhos nessa idade são muitas vezes utilizados como mão-de-obra auxiliar pela mulher trabalhadora domiciliar, de maneira que sua presença pode aumentar as chances de escolha dessa forma de ocupação. A comparação entre os grupos não permite interpretações conclusivas porque o único que se destaca dos outros é o das mulheres economicamente não ativas (0,59) por ser razoavelmente menor que os outros (entre 0,65 e 0,67).

Por fim, as duas últimas variáveis são o número médio de adultos no domicílio por gênero. A presença de mais adultos na casa pode afetar as chances da mulher trabalhar fora de casa, pois fica mais provável que tenha com quem dividir os afazeres domésticos. Porém isso depende do gênero, já que a divisão sexual do trabalho é reproduzida também para outros membros da família.

Quanto ao número de adultos do sexo masculino no domicílio, as trabalhadoras domiciliares têm uma média (1,15) pouco maior que a das ocupadas e das desempregadas (ambas 1,13). O grupo das não economicamente ativas se destaca por sua média sensivelmente maior (1,28). É de se esperar que presença de mais homens não reduza a responsabilidade das mulheres sobre o trabalho doméstico, e sim diminua a pressão econômica para que elas exerçam atividade remunerada, uma vez que haja mais homens trabalhando e auferindo renda. A média de homens em casa para as trabalhadoras domiciliares é apenas um pouco superior à das ocupadas e bem menor que a das economicamente não ativas. Pelo menos para esse último

grupo, parece haver um indicativo de que mais homens em casa “liberam” a mulher do trabalho remunerado.

A média de adultos do sexo feminino supostamente teria o efeito oposto, pois mais mulheres significam mais pessoas para dividir o trabalho doméstico. Mas para essa variável a média das ocupadas é igual à das economicamente não ativas (1,54) e ainda um pouco inferiores à média das trabalhadoras domiciliares (1,56), com um resultado discrepante das desempregadas (1,65), de maneira que só será possível verificar o real impacto dessa variável na sequência da pesquisa.

Uma análise geral da Tabela 8 revela dois padrões de comparação do grupo das trabalhadoras domiciliares com as mulheres ocupadas e as economicamente não ativas. Um padrão é a média das trabalhadoras domiciliares estar entre as médias das observadas nesses outros dois grupos, o que ocorre com as variáveis *idade*, *educ* e *filhosNO*. O outro padrão é a média para trabalhadoras domiciliares estar próxima do grupo das ocupadas e distante das economicamente não ativas, padrão seguido pelas variáveis *outrendadom*, *casad_d*, *TOTcri09*, *TOTjov1017* e *aduMNO*. Apenas as variáveis *Nbranco_d* e *aduFNO* não se enquadram em nenhum desses padrões. Há indicações de que a trabalhadora domiciliar tem perfil intermediário entre as mulheres ocupadas em geral e as não ativas, o que faz sentido, pois exerce uma ocupação remunerada e ao mesmo tempo se mantém na esfera privada. Por outro lado, outras variáveis indicam maior proximidade com as mulheres ocupadas, o que pode estar refletindo o impacto das mudanças culturais nas relações de gênero.

4.2 Modelo teórico: logit multinomial

A comparação dos perfis de trabalhadoras domiciliares com outros grupos ocupacionais utilizando a média das variáveis relevantes é importante para fornecer uma visão geral, mas devido à correlação entre as variáveis não é suficiente para estimar a importância de cada uma delas na determinação do grupo ocupacional. Será apresentado a seguir um estudo econométrico para estimar quanto cada variável afeta a probabilidade da mulher ser uma trabalhadora domiciliar ou pertencer a um dos outros grupos, controlando a correlação entre variáveis.

Modelos de escolha discreta são utilizados quando o fenômeno a ser explicado tem caráter qualitativo, representando-o por uma variável dependente que assume valores discretos e finitos, cada um deles correspondendo a um dos possíveis estados da variável qualitativa. Os quatro estados de ocupação femininos tratados nessa pesquisa – trabalhadoras domiciliares, trabalhadoras fora do domicílio, desempregadas e economicamente não ativas – podem ser representados, por exemplo, por uma variável assumindo os valores 1, 2, 3 e 4.

O caso mais simples de modelos de escolha discreta ocorre quando o fenômeno subjacente tem dois resultados possíveis indicados por uma variável binária que assume os valores 1 ou 0, “sucesso” e “fracasso”. O modelo é utilizado para estimar como cada variável explicativa afeta a probabilidade de sucesso, vale dizer, a probabilidade de que a variável binária dependente assuma o valor 1. Por exemplo, é possível construir um modelo de escolha discreta binária para estimar como as características pessoais e familiares das trabalhadoras da cadeia têxtil e de artigos do vestuário afetam a probabilidade de trabalharem em casa ou fora.

Para construir-se o modelo de escolha discreta, é necessário criar uma *variável latente* que levará à escolha de uma das opções conforme seja maior ou menor que certo valor. Mantendo esse exemplo da escolha da trabalhadora da indústria de confecções, uma variável latente seria obtida subtraindo da utilidade de trabalhar em casa a utilidade de trabalhar fora de casa⁵. Quanto maior o valor das variáveis independentes – fatores pessoais e familiares que indicam custo ou dificuldades para a mulher trabalhar fora de casa, como número de filhos e idade – maior a variável latente. Para valores positivos, a mulher prefere trabalhar em casa e quando a variável latente é negativa ela opta por trabalhar fora de casa.

Para representar em equações, seguindo a formulação de Wooldridge (2002, p. 457), considere os seguintes símbolos, alguns dos quais ainda serão apresentados no texto:

- y - variável dependente binária;

⁵ A rigor não seria a função utilidade, pois a probabilidade de ocorrência de um estado ou outro não depende apenas da escolha da costureira, mas também das condições da demanda por mão-de-obra. Exemplificando, o impacto da raça *ceteris paribus* sobre a probabilidade de ocorrência dos estados não se deve por diferenças na função utilidade entre as raças, e sim por preconceito que implica em piores condições de trabalho para os negros. Apenas para simplificar a exposição, o exemplo traz a função utilidade como determinante da ocorrência dos estados.

- y^* - variável latente;
- x_i - variável independente, com $i = 1, 2, \dots, K$;
- β_i - coeficiente da variável independente x_i na regressão da variável latente;
- e - termo de erro da regressão da variável latente;
- $P(\cdot)$ - função probabilidade;
- $G(\cdot)$ - distribuição do erro e , com $0 < G(\cdot) < 1$.

A costureira preferirá trabalhar no próprio domicílio ($y = 1$) ao invés de fora de casa ($y = 0$) se a diferença da utilidade nas duas situações, que é a variável latente, for maior que zero ($y^* > 0$). Em termos teóricos, isso é equivalente a dizer que a probabilidade de ocorrência do valor 1 dadas as variáveis independentes é a probabilidade de que a variável latente seja maior que zero dadas as variáveis independentes. Expressando formalmente:

$$P(y = 1 \mid x_1, x_2, \dots, x_K) = P(y^* > 0 \mid x_1, x_2, \dots, x_K)$$

A variável latente é uma função linear dos atributos individuais – como estado civil, número de filhos, idade ($x_1, x_2, \dots, x_K$) – e do erro aleatório (e). Ou seja:

$$y^* = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_K x_K + e.$$

Os atributos individuais ou variáveis independentes são dados exogenamente, já para o erro é necessário assumir uma função de distribuição $G(\cdot)$, sendo que o tipo de distribuição assumida determinará qual é o modelo de escolha discreta adotado. As distribuições mais freqüentemente adotadas são a normal e a logística, que geram os modelos probit e logit respectivamente.

Pode-se demonstrar que (WOOLDRIDGE, 2002, p. 457; WOOLDRIDGE, 2003, p. 556):

$$P(y = 1 \mid x_1, x_2, \dots, x_K) = G(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_K x_K)$$

Ou seja, a probabilidade de sucesso é obtida aplicando a distribuição do erro sobre a combinação linear das variáveis independentes ponderadas pelos coeficientes de regressão. Nessa pesquisa, adota-se o modelo logit, cuja função $G(\cdot)$ é a logística, que assim como a

distribuição normal tem valores entre 0 e 1, tornando-a adequada para representar uma função de probabilidade. Como a função logística não é linear, utiliza-se o método de estimação por máxima verossimilhança para estimar os coeficientes.

Para o presente estudo, pretende-se estimar o impacto das variáveis exógenas sobre a probabilidade da mulher assumir quatro estados de ocupação – trabalhadora domiciliar, trabalhadora fora do domicílio, desempregada e economicamente não ativa – representados pela variável *STATUS* que assume os valores 1, 2, 3 e 4. O modelo logit apresentado permite apenas dois estados para a variável dependente, então faz-se necessário utilizar outra versão do modelo, o *logit multinomial*.

O logit multinomial (WOOLDRIDGE, 2002, p. 497) é um modelo de escolha discreta utilizado para os casos em que a variável dependente tem mais de dois resultados possíveis. Um dos estados deve ser escolhido como base de comparação e cada um dos outros estados terá seu próprio conjunto de estimativas para os parâmetros.

Em modelos de escolha discreta com formato não linear da função $G(\cdot)$, como é o caso do logit tanto na versão binária quanto na multinomial, a interpretação dos coeficientes de regressão $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_K$ não é simples. Em regressões lineares os coeficientes representam o efeito sobre a variável dependente de alterações marginais nas variáveis independentes, que é constante ao longo de todos os valores dessas variáveis. Nas regressões não lineares, os efeitos marginais dependem dos coeficientes, mas são diferentes para cada valor das variáveis independentes.

Mostrando em equações para o logit binário, o efeito marginal de uma variável aproximadamente contínua x_i , como número de filhos e idade, sobre a probabilidade de sucesso é obtido pela derivada parcial. Considerando para simplificar a notação $p(\mathbf{x}) = P(y = 1 | x_1, x_2, \dots, x_K)$ e $g(\boldsymbol{\beta}\mathbf{x})$ a derivada de $G(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_K x_K)$, tem-se para o caso do logit binário que o efeito marginal da variável x_j sobre a probabilidade de sucesso é dado por:

$$\frac{\partial p(\mathbf{x})}{\partial x_j} = g(\boldsymbol{\beta}\mathbf{x})\beta_j$$

Onde $\partial p(\mathbf{x})/\partial x_j$ é a derivada parcial de $p(\mathbf{x})$ em relação a x_j . Para variáveis dependentes binárias, como um indicador de ser casada ou não, o método de cálculo dos efeitos parciais

consiste em calcular $p(x)$ sob a situação em que o indicador é 1 quando o indicador é 0, subtraindo um resultado do outro.

Ante a impossibilidade de computar e reportar os efeitos marginais resultantes de todas as possíveis combinações de valores das variáveis independentes, a solução usual consiste em calcular os efeitos marginais nas médias de cada variável. Embora seja o procedimento mais comum, ainda é questão em aberto na literatura (BARTUS, 2005; GREENE, 1997, p. 876) se essa opção é tão boa quanto calcular a média dos efeitos marginais por vários valores possíveis das variáveis independentes.

Assim como outros, o software econométrico utilizado nessa pesquisa, o STATA 9, traz a opção de calcular efeitos marginais em valores especificados das variáveis independentes e nas médias. O comando *margeff* desenvolvido por Bartus (2005) computa as médias dos efeitos marginais, mas nesse estudo optou-se pelo cálculo dos efeitos marginais nas médias das variáveis porque o cômputo das médias dos efeitos marginais exige capacidade computacional além da disponível para a pesquisa, dada a grande quantidade de observações na PNAD e o número de anos utilizados. Ainda assim, fez-se uso da rotina *margeff* por ela reconhecer a diferença mencionada acima entre variáveis independentes contínuas e binárias. Ou seja, para as variáveis binárias ao invés de utilizar a média para calcular o efeito marginal, isso é feito medindo a diferença na probabilidade quando a variável independente binária muda de 0 para 1.⁶

4.3 Aplicação do modelo: efeitos marginais de características individuais sobre a probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais

Na primeira seção do presente capítulo, foi iniciada uma análise comparativa do perfil das trabalhadoras domiciliares com as mulheres ocupadas fora do domicílio, desempregadas e economicamente não ativas por meio da comparação de médias de variáveis relevantes a esse

⁶ Além de reconhecer variáveis independentes binárias, esse comando ainda permite criar grupos de variáveis binárias onde é calculado o efeito marginal de cada uma assumir o valor 1 com as outras mantidas em 0. Isso é especialmente útil quando tem-se grupos de variáveis binárias representando categorias de um mesmo fenômeno. Nessa pesquisa, isso ocorre com a variável *idade*, que será transformada em quatro variáveis binárias indicando classificação em faixas etárias abrangendo dez anos.

perfil. Contudo, esse método é bastante limitado porque a correlação entre as variáveis mascara o impacto isolado de cada uma delas.

Para identificar o efeito isolado de cada variável sobre a probabilidade de ocorrência de cada um dos quatro estados, essa seção traz os resultados de um modelo econométrico logit multinomial. Viu-se na última seção a explicação do significado e a justificativa para o uso desse modelo.

A variável dependente *STATUS* assume os valores 1, 2, 3 e 4, respectivamente correspondentes aos estados trabalhadora domiciliar, trabalhadora fora de casa, desempregadas e economicamente não ativas. O estado ocupadas em geral, utilizado na comparação de médias, foi substituído pelo estado trabalhadoras fora do domicílio porque para a construção do modelo econométrico uma observação não pode pertencer a dois estados (a trabalhadora domiciliar também é ocupada). Ademais, a classificação trabalhadora fora do domicílio foi construída excluindo funcionárias públicas, empregadoras, trabalhadoras não remuneradas e trabalhadoras para consumo próprio, a fim de tornar mais precisa a comparação com as trabalhadoras domiciliares.

As características individuais são as mesmas utilizadas na análise de médias, mas são representadas por outras variáveis: idade entre 25 e 34 anos (*idade2534_d*); idade entre 35 e 44 anos (*idade3544_d*); idade entre 45 e 54 anos (*idade4554_d*); idade entre 55 e 64 anos (*idade5564_d*); ensino fundamental completo (*educfund_d*); raça não é branca (*Nbranco_d*); casada ou morando com parceiro (*casad_d*); logaritmo da renda média do domicílio excluindo a própria (*loutren_dom*); número de filhos (*filhosNO*); total de crianças com idade entre 0 e 9 anos no domicílio (*TOTcri09*); total de adolescentes de 10 a 17 anos no domicílio (*TOTjov1017*); tem dois ou mais adultos do sexo masculino no domicílio (*adu2M_d*) e tem dois ou mais adultos do sexo feminino no domicílio (*adu2F_d*). As variáveis com terminação *_d* são binárias e indicam se a entrevistada tem ou não o atributo apontado. Como na comparação de médias, considera-se as mulheres com idade entre 25 e 64 anos que sejam classificadas sob um dos quatro estados de ocupação.

A Tabela 9 mostra os resultados dos efeitos marginais obtidos a partir dos coeficientes estimados para o logit multinomial. Como foi dito na seção anterior, os coeficientes não têm muita serventia em si, servindo principalmente para o cômputo dos efeitos marginais. As

células com fundo cinza são efeitos marginais não significativos a 10%. Para todos os anos a regressão foi conjuntamente significativa, com valores de log-verossimilhança superiores a 50000. Todos os pseudo-R2 têm valores entre 0,070 e 0,084.

Tabela 9 – Efeitos marginais de atributos individuais sobre a probabilidade de ocorrência de diferentes estados ocupacionais, 1992 a 2005

VARIÁVEL	ESTADO	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	Média
idade3544_d	Trab_fora	-0.1	0.8	-0.4	0.5	-0.1	0.1	0.0	0.1	0.0	0.4	0.3	0.2	0.2
	Desemp	-1.9	-2.5	-1.7	-2.3	-2.2	-1.8	-2.4	-1.8	-2.0	-2.8	-2.3	-2.1	-2.1
	N_ativ	0.4	0.1	-0.6	0.1	0.1	0.0	0.3	0.0	0.2	0.3	0.3	0.4	0.1
idade4554_d	Trab_fora	-7.6	-5.4	-8.6	-7.9	-6.4	-6.6	-5.4	-6.6	-4.7	-4.5	-3.6	-4.7	-6.0
	Desemp	-3.2	-4.2	-3.4	-4.2	-5.8	-4.3	-4.1	-4.3	-3.9	-4.9	-4.1	-3.6	-4.2
	N_ativ	6.7	5.7	5.2	7.6	6.3	6.6	4.9	6.6	4.7	4.9	4.5	4.3	5.7
idade5564_d	Trab_fora	-25.9	-22.5	-26.7	-26.3	-24.3	-25.7	-20.9	-25.7	-20.8	-21.3	-19.1	-18.8	-23.2
	Desemp	-4.6	-5.8	-4.7	-6.1	-8.3	-6.1	-6.6	-6.1	-6.0	-7.4	-6.2	-5.7	-6.1
	N_ativ	23.6	23.2	23.2	27.1	25.4	26.8	21.7	26.8	20.3	21.7	19.0	18.0	23.1
educfund_d	Trab_fora	6.0	6.0	5.2	6.1	4.9	5.7	5.0	5.7	4.9	4.3	4.0	3.8	5.1
	Desemp	0.9	0.9	1.1	0.8	1.6	0.9	-0.1	0.9	-0.3	0.1	-0.3	-0.2	0.5
	N_ativ	-3.9	-4.3	-4.7	-6.1	-5.5	-5.9	-4.2	-5.9	-4.1	-4.0	-3.3	-3.3	-4.6
Nbranco_d	Trab_fora	-1.3	-1.9	-0.7	-0.8	-2.2	-1.8	-2.6	-1.8	-2.5	-3.1	-4.3	-3.3	-2.2
	Desemp	1.4	1.8	0.8	1.3	2.3	1.8	2.0	1.8	2.0	2.4	3.1	2.5	1.9
	N_ativ	-0.7	-0.6	0.0	-0.6	-0.1	-0.1	0.3	-0.1	0.2	0.4	0.4	0.3	0.0
casad_d	Trab_fora	-9.4	-8.8	-10.7	-10.9	-7.1	-9.5	-6.4	-9.5	-5.2	-4.5	-3.7	-3.1	-7.4
	Desemp	-1.3	-1.8	-1.3	-1.7	-3.7	-2.0	-2.1	-2.0	-1.6	-1.9	-1.8	-1.5	-1.9
	N_ativ	9.8	9.6	8.8	10.4	7.2	8.9	6.0	8.9	4.8	4.8	3.4	3.1	7.1
loutren_dom	Trab_fora	-1.4	-2.0	-2.8	-2.6	-2.3	-2.8	-3.0	-2.8	-2.6	-2.3	-2.2	-2.3	-2.4
	Desemp	0.1	0.1	0.2	-0.1	-0.3	0.1	0.6	0.1	0.4	0.2	0.3	0.4	0.2
	N_ativ	1.0	1.5	2.6	2.6	2.7	2.6	2.3	2.6	2.1	2.1	1.8	1.8	2.1
filhosNO	Trab_fora	0.1	0.0	-0.2	-0.3	-0.1	-0.2	-0.3	-0.2	-0.6	-0.4	-0.4	-0.4	-0.3
	Desemp	0.1	0.0	0.1	0.0	-0.2	-0.1	0.1	-0.1	0.2	0.1	0.1	0.0	0.0
	N_ativ	0.0	0.1	0.2	0.4	0.2	0.3	0.2	0.3	0.4	0.3	0.2	0.2	0.2
TOTcri09	Trab_fora	-2.3	-1.9	-2.0	-2.7	-2.7	-2.6	-2.3	-2.6	-2.3	-2.5	-2.5	-2.6	-2.4
	Desemp	0.4	0.5	0.4	0.7	1.1	0.8	0.7	0.8	0.7	1.0	1.1	1.1	0.8
	N_ativ	1.4	1.2	1.2	1.9	1.3	1.5	1.3	1.5	1.4	1.4	1.2	1.2	1.4
TOTjov1017	Trab_fora	0.6	1.2	1.0	1.2	0.9	1.0	1.2	1.0	0.7	0.2	0.7	0.7	0.9
	Desemp	0.0	0.0	-0.1	-0.1	0.1	0.1	-0.3	0.1	-0.1	0.3	-0.1	-0.1	0.0
	N_ativ	-0.9	-1.2	-1.0	-1.2	-1.1	-1.1	-0.9	-1.1	-0.7	-0.6	-0.5	-0.6	-0.9
adu2M_d	Trab_fora	-0.1	-0.4	0.1	-1.1	-0.3	-0.2	0.7	-0.2	0.0	0.7	0.3	-0.2	-0.1
	Desemp	0.0	-0.1	0.0	1.1	0.6	0.4	-0.3	0.4	0.0	-0.5	0.0	0.5	0.2
	N_ativ	0.6	0.7	-0.1	0.1	-0.2	-0.1	0.0	-0.1	0.1	-0.1	-0.2	-0.2	0.0
adu2F_d	Trab_fora	1.8	1.0	1.6	1.3	2.5	1.5	2.1	1.5	1.6	1.2	0.9	1.1	1.5
	Desemp	-0.4	-0.3	0.3	0.1	-0.2	0.5	-0.6	0.5	-0.5	-0.1	0.1	0.0	-0.1
	N_ativ	-1.4	-1.3	-1.5	-1.3	-1.8	-1.6	-1.5	-1.6	-1.0	-1.0	-1.0	-0.8	-1.3

A variável *idade* foi dividida em quatro faixas etárias, cada uma abrangendo dez anos, indicadas pelas variáveis binárias – *idade2534*, *idade3544*, *idade4554* e *idade5564* – cujo valor é 1 se a mulher está na faixa etária em questão e 0 se não está. O objetivo da

transformação em variáveis binárias é captar com mais clareza a diferença entre as faixas etárias quanto à probabilidade de ocorrência de cada um dos estados de ocupação.

Para servir de base de comparação às outras faixas etárias, a variável *idade2534* não é colocada na regressão. A forma de ler os efeitos marginais – utilizando como exemplo o estado desempregada, a faixa de 45 a 54 anos e o ano 1992 – é: para o ano 1992, uma mulher com idade entre 45 e 54 anos tem uma probabilidade 3,23% menor de ser desempregada ao invés de trabalhadora domiciliar do que uma mulher com idade entre 25 e 34 anos.

Observando-se as médias entre os anos, na última coluna da Tabela 9, vê-se que quanto maior a idade, menor a probabilidade de que a mulher seja trabalhadora domiciliar ao invés de ocupada ou desempregada, mas menor as chances de ser economicamente não ativa.

Com a passagem da faixa de 25 a 34 para a de 35 a 44, vê-se que as probabilidades de ser ocupada e não ativas simplesmente não são afetadas, já que ao longo dessas séries a grande maioria dos efeitos marginais não são estatisticamente significativos e os que são têm valores próximos a zero. Apenas para o estado desempregada observa-se que a mudança de faixa implica em redução, na média em 2,15%, da probabilidade de ser desempregada ante ao estado de trabalhadora domiciliar. Isso se explica porque o desemprego é maior entre os mais jovens, de maneira que o aumento de faixa etária reduz as chances de ocorrência desse estado.

Na comparação da faixa base com a de 45 a 54 anos, é constatada uma mudança em relação ao observado quanto à faixa 35 a 44 anos. Para o estado desempregada, o comentário é semelhante, mulheres na faixa entre 45 e 54 anos têm uma chance em média 4,2% menor de estarem nessa condição do que as mulheres de 25 a 35 anos, devido à preponderância do desemprego entre jovens. Contudo, para os outros estados há uma situação diferente. Mulheres entre 45 e 54 anos têm probabilidade 6% menor de serem ocupadas fora do domicílio e 5,7% maior de serem economicamente não ativas.

Essa tendência se acentua para as mulheres na faixa etária de 55 a 64 anos. Na comparação com as mulheres de 25 a 34 anos, têm probabilidade em média 6,1% menor de estarem desempregadas, 23,1% maior de não serem ativas economicamente e 23,3% menor de trabalharem fora de casa.

Da análise comparativa por estado ocupacional e faixa etária do efeito marginal médio da variável idade, pode-se extrair quatro considerações. Primeiro, que quanto maior a idade torna-se cada vez mais provável que a mulher trabalhe no domicílio ao invés de fora dele. Tal evidência corrobora a hipótese difundida na literatura do tema de que o ciclo de vida é uma das causas a explicar a existência do trabalho domiciliar, já que é bem mais provável encontrar esse tipo de trabalhadora entre as mulheres mais velhas que entre as mais jovens.

Entretanto a literatura tende a dar mais importância a fatores como o casamento e o nascimento de filhos para explicar o trabalho domiciliar. A idade é tratada como um motivo subordinado, pois não seria a idade em si que tenderia a tornar as mulheres mais propensas a trabalhar em casa, e sim o casamento e o cuidar dos filhos que geralmente a acompanham.

Contudo a decomposição dos efeitos permitida pela análise econométrica mostra que a idade tem um efeito por si sobre a probabilidade de trabalhar em casa. Para a faixa de 35 a 44 anos tal efeito não é relevante, e se há mais mulheres nessa idade que na faixa etária de 25 a 34 anos trabalhando em casa, não é pela idade em si, mas por outros fatores como o casamento e os filhos. Esse efeito próprio da idade é verificado a partir da faixa dos 45 aos 54 anos e se intensifica bastante na faixa de 55 a 64 anos, na qual as mulheres têm em média uma probabilidade 23,2% maior de trabalharem em casa.

A magnitude do efeito na faixa superior mostra que não apenas a idade tem um efeito importante por si na determinação do trabalho domiciliar como também esse efeito chega a ser bem superior ao de qualquer outro fator examinado, o que se pode considerar uma segunda consideração importante dessa análise.

O terceiro ponto diz respeito à comparação com o estado de não economicamente ativa. Nota-se que os efeitos marginais médios por faixas etárias favorecem a hipótese de que o trabalho domiciliar é uma condição intermediária entre a ocupação fora do domicílio e a inatividade econômica. A idade por si não diferencia a probabilidade de ocorrência dos três estados na comparação da faixa 35 a 44 anos com a faixa 25 a 34 anos. Mas nas duas faixas superiores o efeito marginal para o estado ocupada fora do domicílio é igual em valor absoluto ao efeito para o estado economicamente não ativa, diferenciando-se apenas pelo sinal oposto. Isso indica que, com relação à idade, as trabalhadoras domiciliares têm um perfil intermediário entre esses outros dois estados.

A quarta observação refere-se à comparação com o estado desempregada, que é menos clara que os casos anteriores. A cada aumento de faixa etária diminui em 2% a probabilidade da mulher ser desempregada ao invés de trabalhadora domiciliar. É verdade que o desemprego é maior entre os jovens, mas é igualmente verdade que os mais velhos também têm mais dificuldades para se empregar. O diferencial dos efeitos marginais de ocupadas fora do domicílio e desempregadas na faixa etária de 55 a 64 anos reflete essa importância do desemprego entre idosos, pois o efeito marginal da passagem da primeira faixa etária para a última é muito maior para as ocupadas fora do domicílio que para as desempregadas. Ainda assim, o fato de existir uma tendência praticamente linear de redução da probabilidade de estar desempregada ao invés de trabalhar em casa conforme se avançam as faixas etárias pode apontar tanto para uma facilidade e predisposição maior das mulheres mais velhas que não conseguem um emprego regular em trabalhar na própria casa quanto para uma disposição maior dos mais jovens em continuar procurando emprego mesmo quando não encontram ao invés de passar a trabalhar no domicílio.

O comportamento dos efeitos marginais ao longo dos anos pode ser analisado com mais clareza a partir do Gráfico 5 e do Gráfico 6. O primeiro mostra para cada estado ocupacional a evolução ano a ano dos efeitos marginais na faixa etária de 45 a 54 anos e o segundo faz o mesmo para a faixa de 55 a 64 anos.

Gráfico 5 –Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais se mulher tem idade entre 35 e 44 anos, 1992 a 2005

Gráfico 6 – Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais se mulher tem idade entre 45 e 64 anos, 1992 a 2005

Para o estado desempregada, vê-se nos dois gráficos que não há uma tendência de redução ou aumento do efeito marginal, mantendo-se próximo à média na maior parte dos anos. Para os estados ocupada fora do domicílio e não ativa, contudo, observa-se em ambos os gráficos uma redução paulatina do valor absoluto do efeito marginal.

Isso leva à conclusão de que, apesar da idade elevada ser um fator decisivo para caracterizar o trabalho domiciliar como uma condição intermediária entre a inatividade econômica e a ocupação fora do domicílio, existe uma tendência de redução da importância dessa variável por meio da aproximação desses três grupos ocupacionais dentro da mesma faixa etária. Possivelmente há um efeito de mudança de gerações: as mulheres mais velhas tendem a ter concepções de gênero tradicionalistas mais arraigadas em si e esse é um dos motivos que as tornam mais propícias a trabalhar em casa, mas com a passagem do tempo e a renovação das gerações esse efeito tende a se enfraquecer.

A variável educação foi convertida em uma variável binária (*educfund_d*) que indica se a mulher completou ou não o ensino fundamental. Observando-se a média dos efeitos marginais ao longo dos anos considerados, também para essa variável se confirma a hipótese da trabalhadora domiciliar possuir um perfil intermediário entre as mulheres ocupadas em geral e as economicamente não ativas.

Isso porque a mulher com ensino fundamental completo tem probabilidade 5,1% maior de trabalhar fora de casa e 4,6% menor de ser não ativa economicamente, comparando com as trabalhadoras domiciliares. Ou seja, as mulheres ocupadas em geral tendem a ter mais instrução formal que as trabalhadoras domiciliares, que por sua vez são em geral mais instruídas que as economicamente não ativas. As desempregadas têm perfil educacional semelhante ao das trabalhadoras domiciliares, já que o efeito marginal do ensino fundamental é de apenas 0,5% para esse grupo.

A análise dos efeitos marginais ao longo do tempo a partir do Gráfico 7 indica uma aproximação do perfil educacional dos diferentes grupos educacionais ao longo dos anos, ou pelo menos que o ensino fundamental está aos poucos perdendo seu papel diferenciador.

Gráfico 7 – Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais se mulher tem ensino fundamental completo, 1992 a 2005

Essa tendência é mais clara para o grupo das ocupadas fora do domicílio, para o qual o ensino fundamental teve o efeito marginal de aumentar a probabilidade de ocorrência em 6% no ano 1992 e após as reduções de magnitude no tempo chegou a 3,8% em 2005. Para as desempregadas os efeitos marginais foram próximos de 1% até 1998, tornando-se estatisticamente insignificante nos anos mais recentes. Com as mulheres não ativas a evolução do efeito marginal oscilou ao longo dos anos, saindo de -3,9% em 1992, chegando a -6,1% em 1996 e caindo para -3,3% em 2005.

Quanto ao atributo referente a raça e cor, manteve-se a variável binária *não é branco* (*Nbranco_d*) para captar desigualdades raciais na composição dos grupos ocupacionais. O perfil racial das mulheres não ativas é semelhante ao das trabalhadoras domiciliares, como indica o efeito marginal próximo de zero. As mulheres não brancas têm, na média dos anos, 2,2% menos chances de trabalharem fora de casa e 1,9% mais chances de estarem desempregadas ao invés de trabalharem no domicílio.

Esses resultados levantam indícios de que há desigualdade racial com relação ao trabalho domiciliar, pois é mais provável uma mulher não branca estar nessa condição de trabalho mais precária do que estar em uma ocupação fora do domicílio. Essa impressão se reforça na

comparação com o grupo das desempregadas, pois esse tem uma proporção maior de não brancas.

O Gráfico 8 mostra a evolução dos efeitos marginais do atributo raça.

Gráfico 8 – Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais se mulher declarou raça diferente de branca, 1992 a 2005

Diferentemente dos atributos anteriores, há uma tendência de ampliação dos efeitos marginais ao longo do tempo. A desigualdade racial vem se ampliando ao longo dos anos, com as mulheres não brancas cada vez mais sujeitas ao desemprego e com menos chances de conseguir uma ocupação fora de casa, consolidando-se a condição intermediária do trabalho domiciliar entre o emprego usual e o desemprego quanto ao atributo raça.

A variável binária *casad_d* indica se a mulher é casada ou não e também para essa variável as trabalhadoras domiciliares têm perfil intermediário frente às ocupadas e não ativas. Conforme as médias ao longo dos anos dos efeitos marginais, ser casada reduz em 7,4% a probabilidade de trabalhar fora ao invés de em casa e aumenta em 7,1% as chances de não ser ativa ante a mesma alternativa.

A princípio comprova-se a hipótese usual de que o casamento é um fator primordial para interpretar a escolha das mulheres que preferem trabalhar em casa. O peso das relações tradicionais de gênero nessa determinação mostra-se ainda por serem as mulheres casadas mais propensas a não exercerem atividade econômica que exercê-la em casa, o que reforça bastante a caracterização do trabalho domiciliar como condição intermediária entre a inatividade econômica e o trabalho usual. Quanto ao desemprego, o casamento diminui em 1,9% as chances de ocorrência desse estado frente ao trabalho domiciliar. Isso mostra que o casamento torna a mulher menos propensa a procurar um emprego ao invés de trabalhar em casa, mas mais propensa a ser desempregada que ocupada fora de casa, ou seja, ela se torna mais exigente quanto à qualidade do posto de trabalho por ter mais condição de permanecer desempregada.

O efeito marginal médio superior a 7%, inferior apenas ao da faixa etária 55 a 64 anos, parece conduzir à conclusão de que o casamento é central para explicar o trabalho domiciliar. Porém a evolução dos efeitos marginais mostra que esse fator perdeu muito da sua importância com o passar dos anos (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais se mulher é casada ou mora com companheiro, 1992 a 2005

Em 1992, o efeito marginal era de -9,4% para as ocupadas fora do domicílio e 9,8% para as não ativas, chega a -10,7% e 10,4% respectivamente em 1996 e cai vertiginosamente até chegar ao valor absoluto de 3,1% para ambos os estados em 2005.

Nesse caso a média dos anos não reflete bem o que realmente se passa, pois o atributo casada vem perdendo ano a ano sua importância para explicar a opção entre trabalho domiciliar, ocupação fora de casa e não atividade. Isso é bastante condizente com as mudanças recentes da inserção feminina no mundo do trabalho, como o enfraquecimento das relações de gênero tradicionais e a saída da mulher casada para o mercado de trabalho.

A renda domiciliar é representada pela variável *loutrend_dom*, o logaritmo natural da renda domiciliar descontada a renda auferida pela própria mulher entrevistada. Sem a transformação em logaritmos, o efeito marginal indicaria como o aumento de uma unidade monetária na renda domiciliar – um cruzeiro a mais em 1992 e 1993 e um real a mais nos outros anos – afetaria a probabilidade de ocorrência dos estados ocupacionais. Com a transformação em logaritmos a interpretação é mais interessante, mostrando como um aumento de 1% na renda domiciliar, seja qual for a unidade monetária, afeta a probabilidade de ocorrência dos estados. Ademais ainda elimina a necessidade de conversão das unidades monetárias, simplificando a compatibilização com os anos anteriores ao Plano Real⁷.

Pela observação das médias entre anos dos efeitos marginais para a variável *loutrend_dom*, vê-se que novamente o perfil das trabalhadoras domiciliares é uma situação intermediária entre ocupadas fora do domicílio e não ativas. Cada 1% a mais na renda domiciliar em média reduz em 2,4% a probabilidade de trabalhar fora de casa e aumenta de 2,2% a probabilidade de não ser economicamente ativa. Já as desempregadas têm perfil de renda domiciliar próximo ao das trabalhadoras domiciliares, com efeitos marginais quase nulos.

Esses resultados favorecem a hipótese proposta por Abreu (1986) de que o trabalho domiciliar é visto como uma fonte de renda complementar na economia doméstica, já que a renda

⁷ Cabe recordar a diferença entre variação percentual e variação em pontos percentuais. A variável *loutrend_dom* é medida em variação percentual, por exemplo, o crescimento da renda de R\$ 2.000,00 para R\$ 2.100,00 é indicado como um aumento de 5%. Já o efeito marginal está em pontos percentuais. Por exemplo, o efeito marginal -2 observado para 1993 no estado ocupada fora do domicílio aponta que 1% a mais na renda causa uma redução de 2 pontos percentuais na probabilidade de ocorrência do estado em questão contra o estado trabalhadora domiciliar. Se essa probabilidade fosse 20%, com o efeito marginal de 2 pontos percentuais aumentaria para 22%, o que em variação percentual seria um aumento de 10%. (WOOLDRIDGE, 2003, p. 189).

domiciliar das mulheres nessa condição de ocupação é superior à das ocupadas fora de casa e por isso podem aceitar um trabalho que pague menos. Mas as trabalhadoras domiciliares não têm renda domiciliar tão alta quanto as não ativas, ou seja, sua renda não é tão elevada a ponto de permitir abrir mão de qualquer trabalho. É um perfil semelhante ao das desempregadas, que não têm renda domiciliar suficientemente alta a ponto de não precisar procurar emprego, mas têm renda suficiente para poder ficar desempregada por algum tempo procurando um trabalho melhor e mais difícil de se conseguir.

A evolução temporal dos efeitos marginais para *loutrend_dom*, observável no Gráfico 10, não mostra tendências claras. O efeito marginal do grupo desempregadas mantém-se próximo a zero. Os outros dois grupos têm tendências muito semelhantes entre si mas com sinais opostos: o efeito marginal cresce rápido em valores absolutos de 1992 a 1995, reduzindo-se bastante lentamente até 2005, ainda que com outros picos de aumento nos anos intermediários. Dada a pouca variação dos efeitos marginais e a falta de tendências claras não se pode tirar maiores conclusões.

Gráfico 10 – Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais para cada 1% de aumento na renda domiciliar descontado o próprio salário da mulher, 1992 a 2005

Conforme o já exposto na primeira seção desse capítulo, o atributo que mede a importância dos filhos na definição do estado ocupacional foi segmentado em três variáveis: número de

filhos (*filhosNO*), total de crianças até 9 anos no domicílio (*TOTcri09*) e total de adolescentes de 10 a 17 anos no domicílio (*TOTcri1017*). As duas últimas servem para separar o impacto do número de crianças pequenas, que requerem mais atenção da mãe, do provocado pelas crianças maiores e adolescentes, que não só não exigem a presença constante de um responsável como podem até ajudar a cuidar dos filhos menores. A variável número de filhos acaba por ter uma conotação mais cultural, pois mais filhos estão ligados a culturas familiares mais tradicionais.

Observando tanto as médias entre anos quanto a evolução ano a ano, vê-se que a variável número de filhos em si não é relevante para diferenciar os estados ocupacionais.

O mesmo não se dá com a variável *TOTcri09*, o que é bastante razoável, já que a presença de filhos pequenos torna a mulher mais propícia a permanecer no lar. Outra vez as trabalhadoras domiciliares estão entre as ocupadas fora do domicílio e as não ativas, mas nesse caso mais próximas desse último grupo. Cada criança com idade entre 0 e 9 anos no domicílio reduz em 2,4% as chances da mulher trabalhar fora de casa e aumenta em 1,4% as chances de não trabalhar. De acordo com o Gráfico 11, os efeitos marginais mudaram pouco ao longo dos anos, de maneira que a média é representativa da situação do período.

Gráfico 11 – Efeitos marginais sobre probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais para cada criança com até 9 anos de idade residindo no domicílio, 1992 a 2005

Para a variável *TOTjov1017*, os sinais dos efeitos marginais são opostos aos encontrados para *TOTcri09*. Embora com valores não muito altos – insignificante para o estado desempregada, 0,9% para ocupadas fora do domicílio e -0,9% para não ativas – a inversão dos sinais mostra que para as crianças maiores e jovens o efeito de ajudar a cuidar da casa e irmãos menores prevalece. Uma interpretação alternativa seria a de que quando os filhos deixam de ser crianças pequenas as mães procuram retornar ao mercado de trabalho, efeito captado pela presença dos adolescentes no domicílio.

Por fim, o último atributo examinado é a presença de outros adultos no domicílio além dos pais, que é examinado pelas variáveis binárias “domicílio com dois ou mais adultos do sexo masculino” (*adu2M_d*) e “domicílio com dois ou mais adultos do sexo feminino” (*adu2F_d*). A primeira variável mostra-se estatisticamente não significativa em quase todos os seus efeitos marginais ao longo dos anos e dos estados ocupacionais, levando à conclusão que a presença de mais homens na casa não afeta a determinação do estado ocupacional da mulher.

Já a variável *aduF_d* tem efeitos marginais significativos para os estados ocupada fora do domicílio e economicamente não ativa, na média dos anos iguais a 1,5% e -1,3% respectivamente. Esses efeitos indicam que se há duas ou mais mulheres adultas no domicílio é mais fácil a mulher trabalhar fora de casa e mais: que aumentam as chances de ocorrência do estado trabalhadora domiciliar ante ao estado não ativa, ou seja, com outras mulheres auxiliando em casa também é mais fácil trabalhar mesmo no próprio domicílio. Outra vez, o trabalho domiciliar surge como condição intermediária entre a ocupação na esfera externa e a inatividade econômica.

5 CONCLUSÃO

Os dados da PNAD mostram claramente que o trabalho domiciliar perdeu importância relativa no período examinado, passando de 14,9% das mulheres ocupadas em 1990 para 9,3% em 2005. Isso é o exato oposto do previsto pela extrapolação da tendência de crescimento da flexibilização das relações de trabalho, representada pela expansão do desemprego, para o trabalho domiciliar, como se fosse apenas mais uma forma de precarização das relações de trabalho. É a transformação das relações de gênero que condiciona a evolução da importância relativa do trabalho domiciliar, que se enfraqueceu paralelamente ao aumento da participação econômica feminina.

Mesmo para a indústria de confecções, objeto da maioria dos estudos sobre o tema, não há um crescimento significativo da proporção das trabalhadoras domiciliares sobre o total de mulheres ocupadas no setor. Ainda assim, é um setor que contribuiu decisivamente para a queda do trabalho domiciliar como proporção da PEA feminina. Houve a perda de peso do trabalho domiciliar do setor sobre o total da mão-de-obra, contudo esse foi um ramo industrial que sofreu particularmente com a perda de postos de trabalho, de maneira que a relação entre o trabalho domiciliar e a mão-de-obra feminina no setor manteve-se quase constante.

Os setores “comércio” e “serviços e produtos diretos” foram, junto com a indústria do vestuário, os que mais participaram no relativo enxugamento do trabalho domiciliar. E são justamente os setores mais atrelados aos papéis de gênero tradicionais socialmente impostos às mulheres, o que reforça a hipótese de predominância das transformações nesses papéis sobre a evolução do trabalho domiciliar.

Essa mesma interpretação é reforçada pelo exame dos efeitos marginais da condição de casada sobre a probabilidade de ocorrência de estados ocupacionais. Se no começo do período examinado ser casada era uma condição muito relevante, que em 1996 chegava a diminuir em 10,7% a probabilidade de ser ocupada fora do domicílio ao invés de trabalhadora domiciliar, houve redução progressiva do efeito marginal, que chegou a -3,1% em 2005. Ou seja, a cada ano que passa o atributo estado civil torna-se menos relevante para determinar se uma mulher

ocupada trabalha em sua casa ou fora dela, outra grande indicação das mudanças na divisão sexual do trabalho.

Outro atributo relevante a essa discussão é a idade. Viu-se que, *ceteris paribus*, mulheres com idade entre 35 e 45 anos têm a mesma chance de terem ocupação fora do domicílio ao invés de trabalhar em casa que as mulheres com idade entre 25 e 34 anos. Contudo, a idade entre 45 e 54 anos diminui em 6% na média entre 1992 e 2005 as chances de trabalhar fora de casa e a idade entre 55 e 64 anos diminui em 23,2% na média tais chances ante a opção do trabalho domiciliar.

O primeiro fato a se destacar é que essa se mostrou a variável que provoca mais impacto sobre as probabilidades de ocorrência dos diferentes estados, superando as mais relacionadas diretamente à condição de gênero como estado civil e número de filhos pequenos. Mas ainda não fica claro o que explica essa superioridade da idade sobre outros atributos: a dificuldade em arrumar emprego após certa idade, o desgaste físico para se transportar diariamente ao trabalho ou a mentalidade arraigada a concepções de gênero tradicionais.

Porém vê-se que os efeitos marginais dessa variável também diminuem com os anos, mesmo que ao final ela ainda se mantenha muito significativa: cai de -7,6% para -4,7% na faixa 45 a 54 anos e de 25,9% para 18,8% na faixa 55 a 64 anos. Não é de se esperar que tenha havido tamanha queda no desgaste sofrido no transporte ao trabalho, muito pelo contrário. Tampouco o desemprego parece estar apto a explicar essa queda nos efeitos marginais, pois o desemprego aumentou, o que deveria conduzir a um aumento nos efeitos marginais. Assim pode-se concluir que há um destaque para o fato de que as mulheres mais velhas têm concepções culturais mais tradicionais e patriarcais, pois nesse caso a redução dos efeitos marginais da variável idade pode ser explicada pela disseminação das mudanças culturais conforme se renovam as gerações.

Pode-se concluir, portanto, que a tendência de flexibilização nas relações de trabalho não foi forte o suficiente para superar a mudança cultural que expandiu a inserção feminina no mundo do trabalho e conduziu à diminuição da proporção de trabalhadoras domiciliares na PEA feminina. A pressão da flexibilização produtiva também pode ser observada na composição setorial do trabalho domiciliar. Os setores do comércio e de serviços e produtos diversos tiveram aumento tanto em sua participação no total de trabalhadoras domiciliares quanto na

participação na PEA de suas trabalhadoras domiciliares. Essa variação é contrária à tendência de redução do peso do trabalho domiciliar, justamente porque com o aumento do desemprego os trabalhadores expulsos tendem a ir predominantemente para atividades informais e autônomas, muito freqüentes nesses setores. Contudo esse movimento é insuficiente para reverter a tendência geral: a proporção das trabalhadoras domiciliares desses dois setores na PEA feminina aumenta 0,4 pontos percentuais, mas para a soma dos outros setores diminui 4,5 pontos percentuais.

Ainda que o crescimento do desemprego feminino não tenha influenciado decisivamente a evolução do trabalho domiciliar, as duas tendências têm correlação negativa superior a 90%. É possível que exista um outro tipo de relação entre desemprego feminino e trabalho domiciliar.

A análise dos efeitos marginais revelou que, para parte dos atributos individuais, as trabalhadoras domiciliares se assemelham às desempregadas. Quanto menores os efeitos marginais, mais próximo o grupo em questão do grupo base, que é o das trabalhadoras domiciliares. Os efeitos marginais para o grupo das desempregadas são quase zero nas variáveis: ensino fundamental completo, logaritmo da renda domiciliar, total de adolescentes de 10 a 17 anos e existência de ao menos duas mulheres adultas no domicílio. Para as variáveis idade entre 55 e 54 anos, casada e total de crianças menores de 9 anos, são diferentes de zero, só que menores em valor absoluto que os efeitos marginais dos outros dois grupos.

Essa semelhança aponta para outra característica do trabalho domiciliar, a precariedade que o torna uma alternativa ao desemprego. Como o crescimento do desemprego feminino é simultâneo à queda do trabalho domiciliar e o perfil das desempregadas e das trabalhadoras domiciliares é semelhante, é razoável supor que a redução do trabalho domiciliar tenha contribuído com o aumento do desemprego feminino. Faz sentido que as mulheres que procuraram se inserir em uma ocupação fora do domicílio tivessem mais chances de se tornar desempregadas, uma vez que as mulheres desses grupos têm perfil semelhante.

Isso é bastante condizente com o que se observou nas entrevistas em Cidade Tiradentes e na pesquisa de Abreu e Sorj (1993), segundo a qual a principal motivação para trabalhar em casa

que as costureiras apontaram era a possibilidade de conciliar responsabilidades domésticas com atividade remunerada e segunda causa era a falta de opção frente ao desemprego. Os resultados obtidos no presente estudo validam essa interpretação, pois a característica mais marcante do perfil das trabalhadoras domiciliares é seu caráter intermediário entre as ocupadas em geral e as não ativas e a outra característica importante é a proximidade em muitos atributos das mulheres desempregadas.

A característica mais marcante do perfil das trabalhadoras domiciliares não é a semelhança com as desempregadas, e sim a posição intermediária entre as mulheres ocupadas fora do domicílio e as economicamente não ativas. Para quase todas as variáveis – a única exceção é a indicadora de raça *Nbranco_d* – os efeitos marginais para esses dois grupos são quase iguais em valor absoluto e com os sinais contrários. Isso indica exatamente que a trabalhadora domiciliar está sujeita, em intensidade menor, aos mesmos condicionamentos que fazem com que a mulher economicamente não ativa permaneça em sua casa, mas também tem em menor intensidade as motivações da mulher que trabalha fora de casa.

Portanto a trabalhadora domiciliar vive entre a esfera pública, como a ocupada fora do domicílio, e a esfera privada, como a mulher não ativa economicamente. Foi constatado também que para a maioria das variáveis há uma redução dos efeitos marginais com o passar dos anos, ou seja, uma tendência de aproximação dos perfis desses três grupos. Outro indicativo do impacto das transformações das relações de gênero enfraquecendo os condicionantes que impelem a mulher a permanecer na esfera doméstica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria da confecção**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. "Trabalho e qualificação na indústria de confecção". **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: Ciec/ECO/UFRJ, v.1, n.2, 1993.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas do Rio de Janeiro. *In: _____* (Orgs.). **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e as distintas modalidades de precarização do trabalho. *In: _____*. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ALVES, Denisard; ANDREY, Gustavo. **Brazilian female labor market: racial discrimination and inefficiency**. São Paulo: USP, 2006, mimeo.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta (2006). Dupla face da informalidade do trabalho: 'autonomia' ou precarização. *In: ANTUNES, Ricardo* (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARAÚJO, Ângela; AMORIM, Elaine. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS*, 24, 2000, Caxambu.

ARTECONA, Raquel; CUNNINGHAM, Wendy. *Whose double shift: Intra-household substitution of home labor over the Mexican business cycle*. *In: ANNUAL MEETING OF THE LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN ECONOMIC ASSOCIATION – LACEA*, 5TH, 2000, Rio de Janeiro.

AVELINO, Ricardo; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. "Estimação da oferta de trabalho das mulheres no Brasil". **Estudos Econômicos**, v.33, n.4, 2003.

BARTUS, Tamás. *Estimation of Marginal Effects using Margeff*. **The Stata Journal**. *StataCorp LP*, v.5, n.3, p. 309-329. Sept/2005

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COLLI, Juliana Marta. **A trama da terceirização: um estudo do trabalho no ramo da tecelagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

EDWARDS, Linda N.; FIELD-HENDREY, Elizabeth. *Home-based work and women's labor force decisions*. **Journal of Labor Economics**. Chicago: The University of Chicago, v.20, n.1, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (1995). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios* (PNAD). Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, 1999-2005.

JINKINGS, Isabella; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. "Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção". In: ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

KONTIC, Branislav. **Aprendizado e metrópole: a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo**. São Paulo, 2001. Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

LAVINAS, Lena *et al.* **Trabalho a domicílio**: novas formas de contratualidade. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 717).

LEITE, Márcia de Paula. *Tecendo a precarização: Gênero, Trabalho e Emprego na indústria calçadista de confecções em São Paulo*. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 28, 2004, Caxambu.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, vol. I, livro 1, 1867/1996.

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 1905/2004.

MELO, Hildete Pereira. **O serviço doméstico remunerado no Brasil**: de criadas a trabalhadoras. Rio de Janeiro: IPEA, Jun./1998. (Texto para discussão, 565).

MÉZÁROS, István. "Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda". In: ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Estudos Feministas**, 12(esp.), p. 211-221, 2004.

NUNES, Jordão Horta; CAMPOS, Andréia Ferreira. O setor de confecção em Goiânia: análise da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 9, n. 2, p. 237-255, Jul./Dez. 2006.

PAULILO, Maria Ignez. “Trabalho familiar: uma categoria de análise esquecida”. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.12, n.1, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. *The making of the english working class*. Harmondsworth: Penguin Books, 1968.

VERSIANI, Angela França; GASPAR, Renata de Magalhães. "Diferenças e similaridades entre micro, pequenas e médias empresas do segmento de confecção na região metropolitana de Belo Horizonte". In: NABUCO, Maria Regina e NETO, Antônio Carvalho (orgs) **Relações de Trabalho Contemporâneas**. Belo Horizonte: PUCMINAS/IRT, 1999.

SCHMUCKLER, Beatriz. *Relaciones actuales de producción en industrias tradicionales argentinas: evolución de las relaciones no capitalistas*. In: SEMINARIO INTERNACIONAL EL SECTOR INFORMAL URBANO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 1977.

SILVA, Luís Antonio Machado da. A oposição entre trabalho doméstico e trabalho feminino remunerado. In: LOPES, José Sérgio Leite *et al.* **Mudança social no Nordeste**: a reprodução da subordinação (Estudos sobre trabalhadores urbanos). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VASAPOLLO, Luciano. “O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista”. In: ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

WOOLDRIDGE, Jeffrey Marc. *Econometric analysis of cross section and panel data*. Boston: The MIT Press, 2002.

WOOLDRIDGE, Jeffrey Marc. *Introductory Econometrics: A Modern Approach*, 2nd ed., South Western College Publishing, 2003.

APÊNDICE – TABELA DE CONVERSÃO DE ATIVIDADES

A tabela abaixo mostra os critérios de correspondência entre setores de atividade antes e após a mudança de nomenclatura em 2002. Na primeira coluna estão os nomes sintéticos adotados na presente pesquisa, a segunda descreve esses setores construídos por agregação, a terceira traz os respectivos códigos das atividades agregadas conforme a classificação utilizada na PNAD até 2001 e a quarta coluna os respectivos códigos utilizados de 2002 em diante.

Como nem todas as atividades tinham equivalentes exatos nas duas classificações e algumas atividades uniam ocupações que deveriam estar separadas para os objetivos da pesquisa, em alguns casos a classificação ocupacional foi utilizada como filtro para adaptar a agregação. Essa agregação foi elaborada a partir da tabela disponível em:

www.ibge.gov.br/concla/cnaedom/CNAEDOMxCNAExPNAD91.pdf

	Setores	PNAD/CD91	CNAE Domiciliar
1 - textilvest	Fabricação de produtos têxteis, artigos do vestuário e acessórios	532, 241, 250, 240	18002, 17002, 18001, 17001
2 - servdomest	Serviços domésticos - exceto cuidar de criança, idoso ou doente	544 (exclui ocups 802, 808 se for mulher)	95000 (exclui ocup 5162)
3 - comercio	Comércio - exceto combustíveis, veículos e autopeças; inclui ambulantes	411, 412, 424, 420, 582 (ocup 632), 413, 410, 416, 414, 415, 423, 418, 421, 422	53030, 53042, 53068, 53010 (ocups 3541, 5211), 53063, 53090, 53041, 53061, 53020, 53066, 53062, 53064, 53050, 53101, 53067, 53070, 53080, 53102
4 - beleza	Cabeleleiro e outros tratamentos de beleza	531	93020, 93091
5 - alimprod	Fabricação de produtos alimentícios	260, 261	15043, 15030, 15042, 15010, 15021, 15022
6 - alimserv	Serviços de alimentação - exceto ambulantes	512	55030
7 - lavanderia	lavanderias e tinturarias - exceto lavadeira doméstica	541	93010
8 - artesanato	Fabricação de produtos artesanais - cerâmicas, couro, madeira e metal; inclui bijuterias e jóias, brinquedos, vela de cera, guarda-chuvas e aviamentos para costura	300	36090
9 - educsoc	Educação e Serviços sociais - inclusive cuidar de criança, idoso ou doente	631, 632, 610 (inclui ocups 802, 808 se for mulher)	80090, 80012, 80011, 85030 (inclui ocup 5162)